



Ministério da
Cultura



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO
NORDESTE**

ELIANE CRISTAL FERRAZ DE MATOS

**DESAFIOS E CAMINHOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA
POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA NOS MUNICÍPIOS DO
TERRITÓRIO MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA**

Salvador-BA
2014

ELIANE CRISTAL FERRAZ DE MATOS

**DESAFIOS E CAMINHOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA
POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA NOS MUNICÍPIOS DO
TERRITÓRIO MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Cultura, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Isaura Botelho

Salvador/BA
2014

ELIANE CRISTAL FERRAZ DE MATOS

**DESAFIOS E CAMINHOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA
POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA NOS MUNICÍPIOS DO
TERRITÓRIO MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 26 de novembro de 2014.

Banca examinadora

Prof.^a Isaura Botelho
Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo

Prof. Sérgio Coelho Borges Farias
Doutor em Artes pela Universidade de São Paulo (USP)

Dedico esta monografia especialmente a Deus, fonte e razão da minha vida

Às queridas mestras Isaura Botelho e Laura Bezerra, musas inspiradoras.

Aos meus pais Júlio e Nilza, exemplos de dedicação e determinação.

Aos filhos queridos, Alexandre, Amon e Mathias, grandes parceiros e incentivadores.

Aos meus colegas RTC's, "heróis da resistência" na militância da Cultura.

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar esse curso, parecia-me que haveria um longo caminho pela frente. E houve, em termos de aprendizados e desafios. Mas ao final, penso, já terminou, tão rápido? Além da saudade antecipada dos encontros, debates, polêmicas, descobertas e muito trabalho, o sentimento maior é de gratidão. Primeiro, a Deus, que diante de tantos desafios e impedimentos, abriu caminhos e me sustentou até o fim.

Gratidão especial à Secretaria de Cultura da Bahia, nas pessoas do secretário Albino Rubim e do Superintendente Sandro Magalhães, pelo reconhecimento da importância dessa formação e apoio financeiro e logístico, garantindo a minha participação. Também na Secult, é fundamental agradecer à então Assessora de Formação, professora Laura Bezerra, pelo incentivo, inspiração e exemplo de dedicação à formação como instrumento de crescimento pessoal e consolidação de uma nova política de cultura para a Bahia e o Brasil.

Ainda na Secult, agradeço a todos os meus coordenadores, a Candice, Dôra e Henrique Andrade, da Assessoria de Formação; ao Departamento Financeiro (João, especialmente), e Nirlene e Roberto, pela atenção e cuidados especiais, os quais me ajudaram a vencer as barreiras dos trâmites burocráticos e dos milhares de quilômetros percorridos do interior da Bahia, onde atuo como Representante Territorial de Cultura, aos locais de realização das aulas.

Por outro lado, sem o apoio dos Dirigentes Municipais de Cultura do Território Médio Sudoeste da Bahia, esse estudo não teria sido possível. Muito obrigada. O apoio da equipe da SEI-Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, que tão gentilmente e, com muita competência, sistematizou os dados solicitados, contribuindo para o enriquecimento desse trabalho, foi fundamental. A todos vocês da equipe, meu respeito, admiração e minha gratidão. Léo, da DIREC 14, sou muito grata pelas “aulas” e apoio na formatação dos gráficos.

A todos os professores. Cada um, com seu saber, singularidade e paixão, deixou marcas e exemplos que servem de inspiração para aprofundar ainda mais o conhecimento adquirido, o compromisso com a Cultura e o nosso fazer cotidiano como gestores e agentes culturais. Em destaque, Paulo Miguez, por sua leveza e equilíbrio em todos os momentos, revelando múltiplas possibilidades de pensar e

agir. José Márcio Barros, iluminando caminhos e desconstruindo ilusões, para que possamos viver e transformar realidades.

Em especial, à minha orientadora, Isaura Botelho, obrigada por seu amor e compromisso com a cultura, sua sabedoria e, sobretudo, sua irradiante confiança na superação das nossas dúvidas e angústias. Como é bom saber que, andando por caminhos até então desconhecidos, podemos contar com a luz e o amparo de quem já os trilhou diversas vezes, mas sempre com o entusiasmo e deslumbramento da primeira vez. Seu amor transborda. Obrigada!

Também fonte inesgotáveis de amor, incentivo e cuidados, agradeço aos meus pais Júlio e Nilza; aos meus filhos queridos, Alexandre, Amon e Mathias, pela renúncia das muitas horas para eu pudesse me dedicar aos estudos e pesquisa, e, ainda, aos meus irmãos Junísia e Herlan, pelo companheirismo, estímulo e confiança.

A Jeilson e Antonio Ruibaldo, parceiros de todas as horas, de tantas viagens, literalmente, muito grata pela competência, paciência e eficiência com que cuidaram de todos os detalhes para que as aulas e demais atividades fossem desenvolvidas com a maior tranquilidade e conforto possíveis.

Ao Ministério da Cultura, UFBA e Fundaj por encararem o desafio de promover a formação continuada de gestores culturais, tão importante à consolidação de uma nova e duradoura realidade para a cultura no Brasil. Que venham outras formações, que mais e mais gestores, assim como nós, possam ser beneficiados por essa rica oportunidade!

MATOS, Eliane Cristal Ferraz. Desafios e caminhos para a implementação da política pública de cultura nos municípios do Território Médio Sudoeste da Bahia. 72 p. il. 2014. Monografia (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta um estudo exploratório, descritivo e analítico sobre as dificuldades existentes nos municípios do Território Médio Sudoeste da Bahia para a implementação de uma política pública de cultura local, em sintonia com o Sistema Nacional de Cultura. Amplia o conhecimento da realidade desses municípios, naquilo que interfere positiva ou negativamente na implantação dos seus Sistemas Municipais de Cultura, partindo da premissa de que o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Cultura somente será possível com a integração de todos os entes federados, de forma compartilhada, autônoma e comprometida com os resultados, quais sejam, de reconhecer, valorizar e promover a cultura como vetor de desenvolvimento humano e social, respeitando a diversidade cultural brasileira e a riqueza das culturas locais. Ainda propõe ações para superação ou redução das limitações encontradas, com vistas à transformação de realidades dificultadoras da gestão cultural no território estudado.

Palavras-chave: Políticas Culturais; Sistema Nacional de Cultura; Sistemas Municipais de Cultura. Territorialização da Cultura. Território Médio Sudoeste

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIMCBA	Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia
BA	Bahia
CAPPA	Conselho de Acompanhamento do PPA
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CET	Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento do Território
CSU	Centros Sociais Urbanos
DTC	Diretoria de Territorialização da Cultura
FCBA	Fundo de Cultura da Bahia
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPE	Índice de Performance Econômica
IPS	Índice de Performance Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MINC	Ministério da Cultura
ONGs	Organizações Não Governamentais
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PMDS	Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável
PMMA	Planos Municipais de Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual Participativo
PMSB	Plano(s) Municipais de Saneamento Básico
PMRS	Plano(s) Municipais de Resíduos Sólidos
PNC	Plano Nacional de Cultura

PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
RTC	Representação e/ou Representante Territorial de Cultura
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura da Bahia
SECULT-BA	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia
SMC	Sistema Municipal de Cultural
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia
SUAS	Sistema Unificado de Assistência Social
SUDECULT	Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura
SUS	Sistema Unificado de Saúde
TI	Territórios de Identidade
TMS	Território Médio Sudoeste
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UF	Unidades da Federação
UPB	União dos Municípios da Bahia

LISTA DE TABELAS

01	População total (por mil), sexo e grandes grupos etários, segundo Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia/ Bahia – 2010/2030	28
02	Condições demográficas, população, área e localização dos Municípios do Médio Sudoeste da Bahia	29
03	Estoque de emprego formal por subsetor de atividade econômica para os municípios do Médio Sudoeste da Bahia – 2010/2013-I	30
04	Estoque de emprego formal por subsetor de atividade econômica para os municípios do Médio Sudoeste da Bahia/ 2010-2013-II	31
05	PIB Municipal / Produto Interno Bruto a Preço Correntes por Território de Identidade e Município Cultural, Bahia – 2011	33
06	Arrecadação municipal, estadual e transferências constitucionais (R\$ 1,00) – 2011/2012	34
07	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Município Baiano 2010 Índice de Performance Social (IPS) e Econômica (IPE) do Estado da Bahia	35
08	Percepção da cultura: Dirigentes Municipais de Cultura	39
09	Atividades Culturais Predominantes: Dirigentes Municipais de Cultura	40
10	Existência de Conselhos Municipais e de Conselhos Estaduais, segundo os temas – Brasil – 2009-2012	44
11	Fundo de Participação dos Municípios-FPM – 2010/2014	54

LISTA DE GRÁFICOS

01	Participação dos setores no PIB, Bahia – 2011	32
02	Percentual de Unidades da Federação e municípios com Conselho Municipal de Cultura, segundo algumas características – Brasil - 2012	42
03	Situação dos Conselhos Municipais de Cultura - 2013	42
04	Situação dos Conselhos Municipais de Cultura - 2014	43
05	Municípios com Conselho Municipal de Cultura, segundo ano de criação – Brasil – 2012	45
06	Atuação dos Gestores da Cultura nas Secretarias Conjuntas	48
07	Nível de Formação e Qualificação Geral dos Gestores da Cultura	49
08	Noção Prévia em Gestão Cultural quando assumiu função	50
09	Tipos de Qualificação na Gestão Cultural após assumir função	51
10	Principais dificuldades para a implementação da política de cultura segundo Dirigentes Municipais de Cultura	52

LISTA DE MAPAS

01	Territórios de Identidade da Bahia	19
02	Municípios com Conselhos Municipais de Cultura - 2012	46

LISTA DE IMAGENS

01	ATORES DA REDE DE CULTURA (POSSIBILIDADES)	60
-----------	--	----

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	CAPÍTULO I – TERRITÓRIOS DA BAHIA: UTOPIA OU REALIDADE?	18
2.1	TERRITÓRIOS CULTURAIS E AS MÚLTIPLAS “BAHIAS”	20
3.	CAPÍTULO II- MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA: NEM MAR, NEM SERTÃO, QUAL O SEU LUGAR NA BAIANIDADE?.....	24
3.1	ORIGEM, EXPANSÃO ENTRE SERRAS E VEIOS D’ÁGUA	24
3.1.2	Das origens à representação atual de identidade	25
3.2	REALIDADES DEMOGRÁFICA, SÓCIO-ECONÔMICA E DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	28
3.2.1	Produção de riquezas e realidade sociocultural	32
4.	CAPÍTULO III - O LUGAR DA CULTURA NA GESTÃO MUNICIPAL E NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DA BAHIA	36
4.1	PANORAMA DA REALIDADE CULTURAL E RELAÇÃO COM AS DEMANDAS DO ESTADO E UNIÃO	36
4.2	PERCEPÇÃO DO VALOR DA CULTURA: VISÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE CULTURA	38
4.3	EQUIPAMENTOS E CALENDÁRIOS CULTURAIS EXISTENTES NO TERRITÓRIO	41
4.4	REALIDADE DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	41
4.5	ASPECTOS QUE INTERFEREM NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA NOS MUNICÍPIOS E INTEGRAÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA	48
4.5.1	Natureza dos órgãos gestores da cultura	48
4.5.2	Nível de formação acadêmica e formação/experiência prévia na Cultura	49
4.6	PRINCIPAIS DIFICULDADES: VISÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE CULTURA	51
4.7	PRINCIPAIS DIFICULDADES: VISÃO DOS PREFEITOS	53
4.8	LIMITAÇÕES INSTITUCIONAIS	55
4.8.1	O Ministério da Cultura e Território Médio Sudoeste da Bahia	55
4.8.2	O lugar do Protagonismo do Estado na gestão da cultura local	57
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
06	REFERÊNCIAS	63

1.INTRODUÇÃO

Ao iniciar o curso de Pós graduação em gestão cultural, na verdade eu não tinha a menor idéia de onde ele realmente me levaria. Ou melhor, de qual lugar essa formação me tiraria e para onde me lançaria. Tinha expectativa de me preparar para melhor desempenhar o papel de “gestora cultural” e ampliar a compreensão do que vinha acontecendo em termos da visão de cultura que começou a embasar, no ano de 2003, a nova política para o setor adotada pelo Brasil, em consonância com os princípios norteadores presentes, de forma embrionária, na Constituição Federal de 1988 para o segmento.

O que eu não esperava, porém, era que ao me ver envolvida nas entranhas desse vasto universo da Cultura, tanto do ponto de vista antropológico (tudo que somos e fazemos), e a visão sociológica (um saber e prática socialmente estruturados para alcançar um determinado fim: um programa e uma política de gestão da cultura), teria que deixar ir o que havia de velho em mim em termos de conceitos sobre cultura, diversidade e identidade culturais e acerca do meu papel institucional como Representante Territorial de Cultura.

Foi por meio da desconstrução de velhas formas de pensar e ver, portanto em meio a muitas angústias e a várias certezas postas em cheque, que se deu meu aprendizado e se ampliou o meu olhar para o objeto desse estudo, ou seja, a problemática da organização da gestão da cultura no Território Médio Sudoeste da Bahia.

Nosso principal objetivo foi compreender e analisar os elementos que representam desafios mais significativos para a implementação de políticas públicas de cultura, implantação e operacionalização dos Sistemas Municipais de Cultura e a adesão dos municípios do Médio Sudoeste da Bahia ao Sistema Nacional de Cultura, além de propor estratégias para superar as dificuldades e transformar a realidade da cultura nessas localidades.

Daí derivaram outros objetivos específicos, quais sejam, investigar a ocorrência de elementos que representam desafios para a implementação de políticas públicas de cultura nos municípios-foco da pesquisa; analisar os elementos que prevalecem como entraves para a efetiva implantação e operacionalização das políticas públicas de cultura, além de conhecer a realidade local em relação ao comprometimento

destes com o Sistema Nacional de Cultura e propor estratégias de superação e transformação da realidade da política e ações culturais nos municípios estudados.

Atuando como Representante Territorial de Cultura no território estudado e aproveitando a grande oportunidade representada pelo curso de especialização, percebemos a importância de aprofundar o estudo do território, diante de necessidades importantes, como: da construção de um pacto federativo entre a União, Estados e Municípios pela efetiva implementação do Sistema Nacional de Cultura; de conhecer e dimensionar a realidade local frente a desafio tão grande quanto a própria extensão territorial, complexidade, diversidade e pluralidade da cultura brasileira e, nesse caso, baiana.

Além disso há uma gritante necessidade de reconhecimento, por parte dos gestores, da importância e pertinência da Cultura ao desenvolvimento local; de inclusão da Cultura na agenda de reflexão e tomada de posição dos gestores municipais; de construção de planos de ações que elevem a gestão da Cultura à importância que vem conquistando na agenda política nacional para o setor nos últimos 12 anos, além da necessidade de reunir informações sobre a organização da Cultura no território, como contribuição para a construção de políticas públicas de cultura no âmbito local e estadual. Por fim, propomos ações intersetoriais de superação ou redução das dificuldades encontradas.

Quanto ao delineamento da pesquisa, lançamos mão de metodologia exploratória e quantitativa e analítica, utilizando questionário semi-estruturado, com questões em vários eixos, aplicado aos dirigentes municipais de cultura dos 13 municípios do território, além de entrevista com o presidente do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Médio Sudoeste, representando os prefeitos, e análise documental. Os dados levantados foram sistematizados e apresentados em gráficos e/ou tabelas, integrando um conjunto discursivo analítico, que desvenda a realidade local e se propõe, ainda, à proposição de ações visando à transformação das condições existentes em relação à cultura local, seja como vetor de desenvolvimento, como de fortalecimento da identidade local/territorial.

Primeiro é preciso olhar para o que se está traduzindo como território de identidade. Quais as suas características? O que conecta os seus elementos entre si e o que os diferencia? E, em se tratando de identidade cultural, esta é auto referenciada ou reproduz, como diz Albuquerque (2001) uma construção política determinada e até imposta de fora para dentro?

E dentro da realidade múltipla, diversa e desafiadora dos pequenos e médios municípios desse território, qual o lugar e quais as possibilidades reais de implantação de políticas públicas de cultura que envolvam, respeitem, valorizem, protejam e desenvolvam os saberes, talentos, identidades, jeitos de ser, pensar, falar, vestir e tudo o mais que representa a cultura local? Nesse contexto, como esses municípios se posicionam diante da necessidade de criação dos sistemas municipais de cultura e, mais, sua integração aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura?

O estudo me levou das observações e vivências diretas junto aos dirigentes municipais de cultura e à comunidade cultural local, com suas queixas, para a pesquisa e percepção de uma realidade municipal mais complexa, com todos os problemas que enfrentam os pequenos e médios municípios que transitaram da ruralização para a concentração urbana. Estes experimentam ao longo do tempo os efeitos negativos da monocultura da pecuária e da grande dependência econômica de recursos do Estado e União para possibilitar a gestão pública, como bem demonstra o quadro de finanças municipais e a entrevista com o presidente do CDSTMS, no corpo desse trabalho.

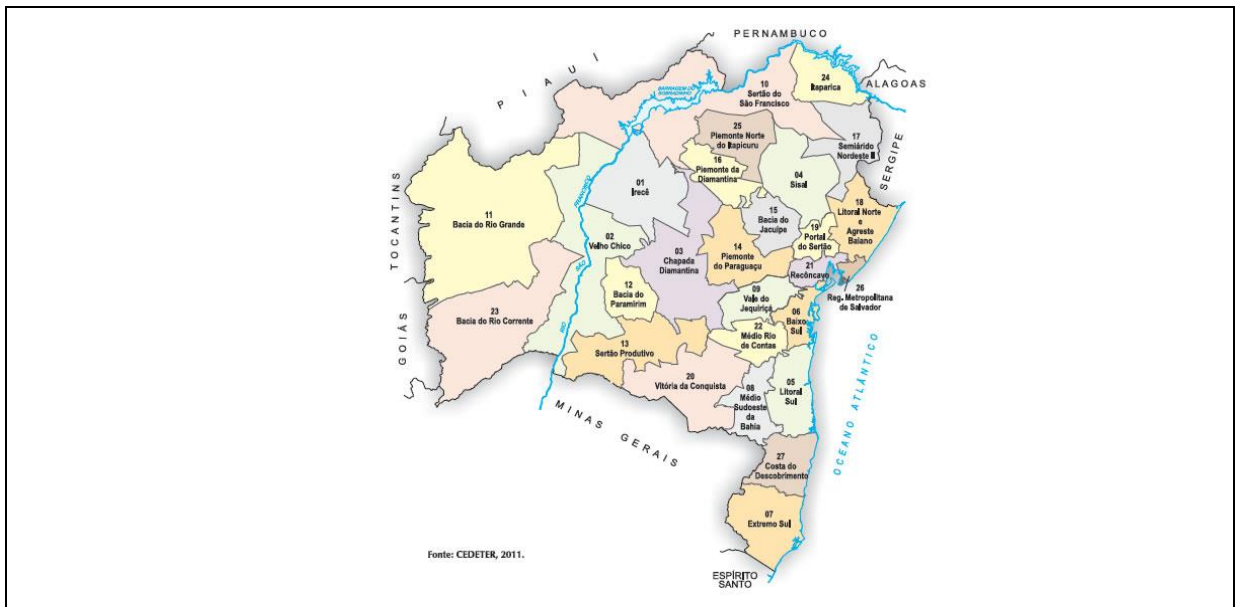
Além de tais condições, ao aprofundar a pesquisa, ficou muito claro o quão difusos são o conceito de Cultura e a percepção da maioria dos dirigentes em relação ao seu próprio papel como gestores de cultura. Muito visível ficou também a defasagem na formação específica para a Cultura, contribuindo para a problemática citada acima, ainda que o nível de diplomação geral encontrado possa ser considerado muito positivo – maioria dos gestores com nível superior e pós-graduação.

2.CAPÍTULO I – TERRITÓRIOS DA BAHIA: UTOPIA OU REALIDADE?

No ano de 2007, a Bahia se reinventou em novos espaços políticos e geográficos: os Territórios de Identidade, seguindo modelo de divisão territorial do MDA-Ministério de Desenvolvimento Agrário e adequando-o às realidades locais. Os Territórios de Identidade baianos surgem do objetivo governamental de identificar prioridades temáticas a partir da realidade local, abrindo espaço para a participação dessas localidades/comunidades na definição de ações, programas e políticas públicas, com o propósito maior de possibilitar o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões.

Assim o governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade(TI), constituídos a partir da especificidade de cada região e foram adotados oficialmente como unidades de planejamento e regionalização, o que na prática significou, também, o reconhecimento das desigualdades regionais e, ao mesmo tempo, o propósito de redução dessas desigualdades e a promoção do desenvolvimento do Estado como um todo.

MAPA 1 - Territórios de Identidade da Bahia



Vários instrumentos de aproximação da sociedade civil do processo de criação e execução de políticas públicas foram criados buscando consolidar institucionalmente tais unidades de gestão compartilhada: o Plano Plurianual Participativo(PPA-P), o Conselho de Acompanhamento do PPA(CAPPA), o

Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial(CEDETER) e os Diálogos Territoriais, além de uma Coordenação Estadual dos Territórios(CET) e outras instâncias no sentido de, como diz Zezéu Ribeiro¹, “aprimorar a nossa democracia representativa a um modelo mais participativo na Bahia”.

No âmbito local, a unidade coordenadora dos territórios são os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs), que se estruturam com representações municipais do Poder Público e Sociedade Civil organizada, com diretoria própria e diversas instâncias de participação, como um Núcleo Técnico e Câmaras Temáticas, dentre outras. A participação é voluntária, sem remuneração, inclusive do diretor.

Apesar de terem regimento interno, plano de ação e de se comprometerem com a promoção e coordenação das agendas e demandas de organização e planejamento da União, Estado e Municípios no Território, articulados com outros atores sociais e políticos, os CODETERs não são institucionalizados. Não têm personalidade jurídica nem orçamento próprio para o seu funcionamento (com exceção dos Colegiados de Territórios de Cidadania, assim reconhecidos pelo MDS).

Muitos são carentes de infraestrutura, sem local para se instalar ou equipamentos. Dispõem apenas de um veículo oficial para deslocamentos e verbas ocasionais mediante agenda e disponibilidade orçamentária da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN-Ba), responsável pela coordenação geral da Política Territorial no Estado, à qual está vinculada a rede de gestão dessas instâncias de planejamento local e participação social(CEDETER/CET/CODETERs) e seus instrumentos de gestão.

Mas apesar das fragilidades institucionais, os Colegiados Territoriais têm feito a diferença na gestão pública. Conseguem de fato promover a integração dos vários atores na definição e planejamento de programas e ações. Contribuem decisivamente para a mudança da cultura do individualismo e a superação de bloqueios ao associativismo e à gestão compartilhada em muitos territórios onde essa realidade dificulta o desenvolvimento, como é o caso do Médio Sudoeste da Bahia.

Assim, fundamental tem sido a coordenação do Codeter e CET (Coordenação Estadual dos territórios de Identidade) na condução do processo de implantação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável(CMDS), dos Planos Municipais de Meio Ambiente(PMMA), Planos Municipais de Resíduos

Sólidos(PMRS) e de Saneamento Básico(PMSB). Como também foi na criação do CDSTMS, acalentada pelos municípios há mais de 12 anos e que veio a se concretizar em novembro de 2013, com a inclusão de doze dos treze municípios do território. Atualmente o Codeter está à frente do processo de elaboração dos planos municipais e territorial de Desenvolvimento Sustentável(PMDS/PTDS), que incluem a gestão cultural entre outras políticas públicas.

2.1 TERRITÓRIOS CULTURAIS E AS MÚLTIPLAS “BAHIAS”

Ainda em consonância com o MDA, o território é conceituado como um espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

Destacamos aqui os aspectos de identidade, diversidade e coesão cultural, pois são estes os mais relevantes para a nossa abordagem, considerando que “a Secult-Ba foi a primeira Secretaria de Estado a adotar prontamente a política territorial”, como destacou o ex-Secretário de Planejamento do Estado da Bahia, Zezéu Ribeiro¹, reconhecendo-a como a mais acertada para revitalizar, contemplar e integrar as várias “bahias”, rompendo com a ideia de que a identidade cultural baiana se concentra e se resume à capital, Salvador, com sua Baía de Todos os Santos, e o Recôncavo Baiano.

Esse processo teve início já em 2007, quando passa a atuar a recém-criada Secretaria de Cultura de forma autônoma e exclusiva, separada institucionalmente do Turismo, cujo direcionamento, durante muito tempo, reduziu a identidade cultural da Bahia às manifestações artístico-culturais de matriz africana, concentradas nas áreas citadas acima. O enfoque do turismo desprezou a rica cultura dos sertões e minimizou a importância das regiões litorâneas (exceto Ilhéus, promovida

¹ RIBEIRO, Zezéu, op. cit.

culturalmente por meio da obra de Jorge Amado, e Porto Seguro, importante roteiro turístico).

Antes, as culturas dessas regiões mais distanciadas do litoral, geograficamente denominadas Serra Geral/Sudoeste, onde se desenvolveram historicamente a criação de gado, produção de alimentos e extração mineral na ocupação resultante das expedições exploratórias do Brasil colônia, também foram esquecidas. Mas ao eleger como foco as políticas de descentralização e democratização da cultura, processo desafiador e ainda em construção, a Secult-BA busca integrar ao imaginário da identidade baiana as várias “bahias” dispersas no vasto território do Estado.

Mas isso representa o reconhecimento dos muitos desafios que essa política enfrenta na prática, como a construção de um relacionamento contínuo e produtivo com os municípios e a valorização da contribuição deles à “construção de uma cultura cidadã, com a ampliação do diálogo intercultural, o fortalecimento da institucionalidade cultural, o aprofundamento da territorialização da cultura”², dentre outras diretrizes da atual política de Cultura da Bahia.

Isso implica na participação do Estado para o fortalecimento da gestão municipal da cultura e a produção cultural local, na coordenação e elaboração dos planos de desenvolvimento territorial de cultura, em articulação com outras instâncias de governança no setor, conforme estabelecido na Lei Orgânica de Cultura da Bahia. Implica, ainda, na ampliação do número de municípios contemplados pelas ações de Cultura do Estado, em contraposição à “política de balcão” que havia antes e com favorecimento baseado em relações pessoais ou prestígio político.

Reduzir ainda mais o desequilíbrio no fomento das ações culturais entre a Região Metropolitana de Salvador e o interior, promovendo os instrumentos de qualificação e as condições necessárias à participação crescente dos municípios nos investimentos da Cultura, é outro grande desafio da política de descentralização e democratização da Cultura na Bahia.

A consolidação dessa política somente seria possível com a ampliação e fortalecimento da institucionalidade do setor, o que motivou a Criação da SUDECULT–Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura e, posteriormente, da DTC-Diretoria de Territorialização da Cultura e, mais ainda, a criação da Lei Orgânica de Cultura da Bahia.

² Texto integrante das Diretrizes da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, publicada na revista Bahia terra da cultura. p.05 . Secult – Ba. Salvador, 2013.

Reconhecer e assegurar a atenção à diversidade das manifestações culturais e garantir a distribuição de recursos para a produção artística em todos os Territórios de Identidade figuram entre os principais objetivos da DTC, assim como apoiar propostas de cooperação e intercâmbio culturais entre os municípios (comunidade cultural e poder público) de um mesmo Território de Identidade e incentivar a institucionalização da cultura nos municípios baianos, com a implantação dos Sistemas Municipais de Cultura, conforme ressaltou Sandro Magalhães, atual Superintendente de Desenvolvimento e Territorialização da Cultura (Secult-Ba), no Encontro de Política e Gestão Culturais, em Feira de Santana-BA (setembro 2014).

Tais objetivos refletem um dos princípios da Lei Orgânica de Cultura da Bahia, que é a “territorialização de ações e investimentos culturais”³, a qual cria vários instrumentos de fortalecimento dessa territorialização, inclusive estabelecendo que “a Secretaria de Cultura manterá representações territoriais de cultura com a finalidade de articular os segmentos culturais entre os municípios, conforme o modelo de regionalização adotado”⁴.

A primeira seleção de Representantes Territoriais de Cultura, informalmente conhecidos como RTC’s, ocorreu no ano de 2008 (mas já em 2007 havia os mobilizadores culturais) e atualmente a Secult-Ba atua com 28 deles nos 27 territórios de identidade culturais (dois na Região Metropolitana de Salvador). De fato eles são importante elo entre os municípios, articulando poder público (Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, e estes com a gestão centralizada da Secult-BA e suas unidades vinculadas.

Merecem destaque outras ações estruturantes da Política de Territorialização da Cultura na Bahia, por parte da Secult-Ba, como o fomento à criação e funcionamento da Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia (Adimcba), da Rede de Conselhos Municipais de Cultura e, mais recentemente, da Rede de Legisladores da Cultura.

Do processo de mobilização dos municípios e territórios desde 2007, a Secult-BA colheu grandes resultados, sendo esse processo fundamental para a construção do projeto da Lei Orgânica de Cultura aprovada em 2011. Em 2013 a participação social foi ampliada, com o recorde de 358 conferências municipais de Cultura e 27 territoriais realizadas, mobilizando em torno de 45 mil pessoas em todo o Estado.

³ Capítulo II, Art. 4º - X

⁴ Capítulo IV, Art 30

A provocação e a abertura à participação e a conseqüente elevação do nível de formação básica para a gestão cultural também trouxeram à tona uma avalanche de queixas e demandas reprimidas em relação à gestão estadual da cultura, às ausências e instabilidades do passado e grandes expectativas para o futuro. Principalmente em razão do Plano Nacional de Cultura(PNC), suas metas e a implantação do Sistema Nacional de Cultura(SNC), processo deflagrado pelo Ministério da Cultura, puxando todos os entes federados para uma nova visão e atitude em relação ao setor.

Mas o caminho em direção ao novo não é livre de tensões. É certo que muitas demandas surgidas nessas arenas públicas foram atendidas, diversos instrumentos de fomento à cultura local foram criados, os investimentos no Fundo de Cultura da Bahia(FCBA) tiveram aumento considerável e as ações de formação se ampliaram. Porém, a novidade do conceito de cultura como direito do cidadão e dever do Estado, junto com a proposição de novas responsabilidades para os municípios, neste caso, a organização e estruturação da gestão cultural municipal nos moldes previstos no SNC, colocou em cheque posturas há muito tempo arraigadas, de desvalorização do campo da cultura na agenda pública municipal, principalmente nos pequenos municípios.

Isso ficou muito evidenciado na nossa pesquisa sobre as dificuldades que os municípios do Médio Sudoeste da Bahia enfrentam para a institucionalização da cultura, com a implantação dos Sistemas Municipais de Cultura e comprometimento com um plano de ação plurianual para o setor, conforme ficará mais visível no capítulo III, onde apresentaremos e analisaremos os dados coletados sobre a realidade local e o lugar da Cultura na gestão municipal nessa região.

3.CAPÍTULO II- MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA: NEM MAR, NEM SERTÃO, QUAL O SEU LUGAR NA BAIANIDADE?

3.1- ORIGEM, EXPANSÃO ENTRE SERRAS E VEIOS D'ÁGUA

A pesquisa para esse trabalho me levou a lugares e tempos históricos remotos e surpreendentes, em busca da origem e características que marcaram e marcam até hoje as comunidades locais. Assim, quem diria que os municípios do Território Médio Sudoeste, todos politicamente novos, têm um pé no sertão, ou melhor, nos sertões, neste caso, o Alto Sertão da Bahia e o Sertão da Ressaca?

Ou, quem diria que a pecuária, principal atividade econômica no território, com todas as suas representações culturais, é mais antiga do que se imagina, remontando ao tempo do Brasil Colônia? E quanto à herança indígena, que apesar de não reconhecida historicamente, se destaca nos traços físicos de boa parte da nossa população? E o que dizer da passagem dos escravos e legado que eles nos deixaram?

O Território Médio Sudoeste surgiu com o nome Território Itapetinga e integra, junto com os territórios de identidade de Vitória da Conquista, Bacia do Paramirim e Sertão Produtivo, a região sociocultural denominada Serra Geral/Sudoeste. Tal denominação foi assim indicada no projeto Panorama Cultural da Bahia Contemporânea, de acordo com “o padrão de interações socioculturais estabelecidos entre si”⁵, dentre outras singularidades.

O território foi ocupado economicamente no início do Século XVIII, na “dinâmica de conquista e colonização dos territórios historicamente conhecidos como Alto Sertão da Bahia e Sertão da Ressaca”⁶, especialmente com a exploração da pecuária, atividade predominante até hoje nos 13 municípios que o compõem, além da produção artesanal e industrial de laticínios. Na transição para o século XX, experimentou a diversificação da economia, com a instalação de uma grande indústria de calçados em 11 municípios, que chegou a gerar mais de 20 mil empregos diretos no auge da sua produção.

O Médio Sudoeste sofreu e sofre até hoje influências socioculturais e econômicas dos territórios Vitória da Conquista, Médio Rio das Contas e Litoral Sul, com os quais faz limite e mantém relações comerciais. Alguns municípios, como

⁵ Panorama Cultural da Bahia Contemporânea- Secult/Seplan/SEI, 2013, p. 196

⁶ Idem

Macarani, Maiquinique e Itarantim mantêm trocas significativas com outros do Norte de Minas Gerais, com os quais fazem fronteira. Já a proximidade do menor município do território, Santa Cruz da Vitória, com Itajú do Colônia, do Extremo Sul, promove contato com a diversidade da forte cultura indígena dessa localidade.

As regiões já historicamente referidas, Alto Sertão da Bahia e Sertão da Ressaca, foram “inicialmente integradas à municipalidade de Minas de Rio de Contas, instituída em 1725, depois à da Vila Nova do Príncipe e freguesia de Santa Ana do Caitaté (1754)”, hoje município de Caetité, que se desmembrou em 1810, ou seja, há 204 anos.

Em 1840, de Caitaté ocorreu o desmembramento da Imperial Vila da Vitória(atual Vitória da Conquista), de onde, em 1880, desmembrou-se o município de Poções, sendo desses dois que se emanciparia boa parte dos municípios do Médio Sudoeste baiano no curso do Século XX, quando multiplicaram-se as autonomias municipais no Alto sertão da Bahia e Sertão da Ressaca, com o declínio da centralidade regional de Caetité e crescimento político-econômico de Vitória da Conquista e, depois, Guanambi.

Atualmente, compõem o Médio Sudoeste os municípios de Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória.

3.1.2 – Das origens à representação atual de identidade

Olhando para o passado comum a todos municípios do Médio Sudoeste, com foco nos marcos simbólicos da principal atividade que originou a ocupação territorial, a pecuária, e o ambiente onde ela é praticada, é possível perceber como é forte na região essa herança rural e o sentimento de pertencimento à terra, à roça, ao chão, mesmo para quem vive na cidade.

Podemos começar com a culinária. Muita carne bovina, especialmente a carne do sol, queijo, leite, manteiga, chimango, avoador (biscoitos regionais feitos de goma/povillo), farinha de goma (um tipo de tapioca torrada), beiju de goma fresca (povillo azedo fresco), farinha de mandioca de várias texturas, coalhada fresca, requeijão caseiro, doce de leite, mingau de milho, tapioca e arroz doce. Quem vier a qualquer município do Médio Sudoeste e não provar essas iguarias, não conheceu de fato o território.

Se o visitante não tiver a oportunidade de tomar banho ou pescar nos muitos rios, cachoeiras e açudes, também não terá compartilhado vivências comuns até hoje em todo o território e que povoam o imaginário daqueles nascidos no lugar ou que para cá vieram muito cedo.

Fazem parte do imaginário coletivo, ainda, os arreios de animais, as cavalgadas e as feiras de gado, existentes até hoje, o burburinho das feiras livres, com seus emaranhados de cores, cheiros e sabores, as carroças puxadas por mulas ou cavalos e que ainda transitam nas ruas calçadas ou asfaltadas dos espaços urbanos. Mesmo na maior cidade do território, com aproximadamente 78 mil habitantes, cavalos e bois ainda pastam em terrenos baldios e até nos jardins das praças. E o que dizer das fogueiras em torno das quais se reuniam várias gerações nos folguedos de São João, que das roças se deslocaram para as cidades, gradativamente ocupadas pelos remanescentes do campo e forasteiros que vieram pra ficar?

São símbolos de um lugar. É nesse contexto que se localiza culturalmente o Médio Sudoeste da Bahia, que realmente guarda suas raízes entre as serras, vales, fazendas, casas de farinha e alambiques. Símbolos representativos de uma identidade que conserva semelhanças com os imigrantes tropeiros e criadores de gado de Minas Gerais e Goiás que ocuparam, no século passado, os sertões de onde o Médio Sudoeste se desmembrou, trazendo forte influência cultural.

Porém, a monocultura de uma atividade econômica altamente concentradora de renda em um pequeno segmento, em detrimento da grande maioria da população, cobra um preço alto para a coletividade. Foi o que aconteceu no território nos últimos 15 anos. O processo histórico de concentração de terras nos latifúndios e redução das pequenas propriedades rurais, onde várias gerações viveram e tiraram seu sustento de forma artesanal, foi acelerado nesse período.

Consequentemente, o aumento da população urbana, a falta de oportunidade de emprego e renda com a monocultura, associados à inexistência de uma política de planejamento e desenvolvimento local, levaram esses municípios à estagnação do seu crescimento, diluindo valores e enfraquecendo até os sentimentos de identidade e pertencimento vinculados historicamente àquela atividade.

Durante as conferências municipais de cultura de 2013, o discurso uníssono dos participantes dizia da riqueza de manifestações culturais que se tinha no passado, assim como equipamentos e monumentos perdidos ao longo do tempo. O

sentimento revelado era de perda de algo importante para a alma do lugar e das pessoas, que muito bem pode ser representado por esse poema:

*Eu já tive e perdi/ uma casa/ um jardim/ uma soleira/ uma porta/um caixão
de janela com um perfil.
Eu sabia uma modinha e não sei mais./ Quando a vida dá folga, pego a
querer a soleira/ o portal / o jardim da casa / o caixão de janela e aquele
rosto de banda.
Tudo impossível/ tudo de outro dono/ tudo de tempo e vento.
Então me dá choro, horas e horas/ o coração amolecido como um figo na
calda.*

(Chorinho Doce. Adélia Prado. Bagagem, p.107.2007)

Mas o tempo passa. As trocas se ampliam, identidades diversas se misturam, novas e diferentes culturas interagem com a cultura local, agregando valores e expressões à identidade regional. Assim, o desejo de criar espaços tanto para a preservação da memória, quanto de criação, experimentação e compartilhamento de elementos importantes da cultura na atualidade foi manifestado com força nas conferências.

No entanto, entre o desejo e a sua concretização se interpõe um complexo cenário que reúne aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais no âmbito municipal interferindo negativamente na organização do campo e da gestão da cultura nos municípios de pequeno e médio portes, como são os do Médio Sudoeste da Bahia. Além dos fatores locais, as dificuldades no âmbito do Estado e União também contribuem para aumentar os desafios. Para melhor dimensionar os desafios, é necessário conhecer alguns aspectos e características relevantes desse Território de Identidade na atualidade.

3.2 - REALIDADES DEMOGRÁFICA, SÓCIO-ECONÔMICA E DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os 13 municípios do Médio Sudoeste da Bahia são de pequeno e médio portes. Juntos totalizam uma população de 247.482 habitantes, de acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE), correspondendo a apenas 1,76% da população da Bahia (IBGE 2010). Em 2010, no menor município foram registrados 5.384 habitantes, enquanto o maior registrou 68.273.

As projeções populacionais para o período 2010/2030 apontam a tendência de crescimento da população urbana na Bahia, em detrimento da população rural, com reflexos também no Território Médio Sudoeste (veja tabela abaixo), onde esse processo vem se acelerando ao longo dos anos, com o declínio da sua principal atividade econômica, conforme veremos adiante. Segundo estudo da SEI (2013), ao final do período projetado (2030), 85% da população do Médio Sudoeste estará residindo nas zonas urbanas, crescimento que só perde em intensidade para os territórios Metropolitano de Salvador (97%) e Litoral Sul (88,1%).

TABELA 1 – População total (por mil), sexo e grandes grupos etários, segundo Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia/ Bahia – 2010/2030

Indicadores		2010	2015	2020	2025	2030
População	Total	248,9	256,2	263,1	270,0	276,9
	Urbana	196,1	206,4	217,1	227,0	235,9
	Rural	52,8	49,9	46,0	43,0	40,9
População por sexo	Masculino	125,5	128,9	132,3	135,6	139,0
	Feminino	123,5	127,3	130,9	134,4	137,8
Grandes grupos etários	Menos de 15 anos	66,1	62,6	58,7	56,5	53,5
	15 a 64 anos	161,0	169,7	178,3	184,4	191,1
	65 anos ou mais	21,8	23,9	26,2	29,0	32,4

Fonte: SEI-Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia . Boletim Especial Projeções Populacionais para a Bahia 2010-2030. P. 19. Acessado em 25.08.2014, às 21h00.

Com exceção do município de Nova Canaã, os demais já apresentam maior concentração populacional na área urbana e todos estão entre 400 e 640 quilômetros de distância da capital, Salvador. A tabela abaixo permite visualização detalhada desses dados, inclusive do tempo de emancipação, revelando que a grande maioria tem entre 52 e 62 anos.

TABELA 2 - Condições demográficas, população, área e localização dos Municípios do Médio Sudoeste da Bahia

Municípios	População			Área/Km2	Distância da Capital (KM)	Tempo emancipação (ano)	Município de Origem
	Urbana	Rural	Total				
Caatiba	5.398	6.022	11.420	655,58	623	53 anos	Vitória da Conquista
Firmino Alves	4.337	1.047	5.384	159,4	506	52 anos	Ibicaraí
Ibicuí	11.964	3.821	15.785	1.163,30	446	62 anos	Poções
Iguaí	14.580	11.125	25.705	833,33	460	62 anos	Poções
Itambé	19.698	3.391	23.089	1.625,68	570	87 anos	Vitória da Conquista
Itapetinga	66.276	1.997	68.273	1.609,52	568	62 anos	Itambé
Itarantim	15.302	3.237	18.539	330,72	641	53 anos	Macarani
Itororó	18.100	1.814	19.914	330,72	560	56 anos	Ibicaraí
Macarani	13.639	3.454	17.093	1.371,66	619	93 anos	Vitória da Conquista
Maiquinique	6.916	1.866	8.782	413,86	626	52 anos	Macarani
Nova Canaã	6.852	9.861	16.713	757,46	467	53 anos	Poções
Potiraguá	6.604	3.206	9.810	989,47	599	61 anos	Canavieiras
Santa Cruz da Vitória	5.076	1.597	6.673	250,04	493	52 anos	Ibicaraí

Fonte: Tabela elaborada pela aluna/autora para TCC do Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste, tabulado pela aluna/autora, com base em informações do Censo IBGE 2010 e do Perfil do Território de Itapetinga (SEI, Salvador, 2009.)

Durante muito tempo a pecuária bovina foi a principal atividade econômica, entretanto, devido a condições climáticas desfavoráveis e ao modelo de exploração, passou por grave crise na década de 1990. A instalação de uma grande indústria de calçados do Sul do país no Distrito Industrial de Itapetinga e, posteriormente, em mais 10 municípios do território, promoveu o aquecimento da economia local, conforme destacado anteriormente (item 3.1, página 33).

Setores como o comércio, alimentos, imobiliário, hotelaria, construção civil, educação, saúde, lazer e entretenimento, dentre outros, foram os mais dinamizados. Entretanto, o declínio da indústria, com a redução gradativa das atividades e fechamento definitivo das unidades de produção entre 2011 e 2013 nos 10 municípios, a economia local voltou a experimentar retração, com redução drástica

da população ocupada, conforme ilustram as tabelas abaixo, e o refreamento em diversos segmentos envolvidos direta e indiretamente com a atividade industrial.

TABELA 3 - Estoque de emprego formal por subsetor de atividade econômica para os municípios do Médio Sudoeste da Bahia – 2010/2013 - I

		2010	2011	2012	2013
BA-FIRMINO ALVES	Total	1.085	1.022	589	429
	12-Indústria Calçados	662	574	199	0
	13-Alimentos e Bebidas	33	37	37	32
	16-Comércio Varejista	16	28	21	17
	17-Comércio Atacadista	1	1	1	0
	20-Transporte e Comunicações	3	2	2	5
	21-Aloj Comunic	3	3	2	3
	24-Administração Pública	324	330	281	331
	25-Agricultura	43	47	46	41
		2010	2011	2012	2013
BA-ITORORÓ	Total	3.260	3.013	1.909	1.686
	02-Prod. Mineral Não Metálico	37	34	37	32
	03-Indústria Metalúrgica	8	8	4	7
	06-Material de Transporte	4	3	4	2
	08-Papel e Gráf	2	1	0	1
	11-Indústria Têxtil	1	1	0	1
	12-Indústria Calçados	1.699	1.305	469	70
	13-Alimentos e Bebidas	4	3	9	5
	14-Serviço Utilidade Pública	39	39	43	43
	15-Construção Civil	27	5	4	15
	16-Comércio Varejista	240	244	293	321
	17-Comércio Atacadista	3	8	4	4
	18-Instituição Financeira	15	18	21	16
	19-Adm Técnica Profissional	9	14	13	22
	20-Transporte e Comunicações	14	51	40	28
	21-Aloj Comunic	36	38	34	32
	22-Médicos Odontológicos Vet	47	46	46	46
	23-Ensino	12	19	16	10
	24-Administração Pública	856	960	685	818
	25-Agricultura	207	216	187	213

Fonte: MTE-RAIS. Dados sistematizados pela SEI/DIPEC/COPES mediante solicitação da aluna.

É importante destacar o processo de chegada e desativação da indústria porque ela chegou ao território aquecendo não só a economia, mas também a esperança de crescimento em todos os aspectos e de fixação das pessoas em suas localidades, fortalecendo o sentimento de pertencimento. Nos aspectos positivos, a diversificação no modo de produção provocou deslocamentos e possibilidades de recriar a realidade local nas trocas com a nova cultura do Sul que chegou junto com

a indústria, e o retorno de pessoas que saíram em busca de novas oportunidades no sudeste, contribuindo para enriquecer e expandir o desenvolvimento local, incluindo aí a cultura. Além disso, no relacionamento com a indústria, possibilidades de parceria com o setor público para promoção de atividades culturais ampliaram-se.

Em outros aspectos, “o peso negativo do fechamento dos postos de trabalho para a gestão pública, a economia local e a qualidade de vida da população foi alto”, segundo destacou o prefeito do município de Caatiba, Joaquim Mendes de Souza Júnior, presidente do CDSTMS em entrevista para este estudo. Assim, a retração econômica com a crise industrial também reforçou as alegações de falta de recursos para a cultura por parte dos gestores municipais.

TABELA 4 - Estoque de emprego formal por sub-setor de atividade econômica para os municípios do Médio Sudoeste da Bahia - 2010/2013 -II

		2010	2011	2012	2013
BA-ITAPETINGA	Total	22.071	20.071	14.868	14.598
	01-Extrativa Mineral	39	43	53	36
	02-Prod. Mineral Não Metálico	46	24	18	14
	03-Indústria Metalúrgica	50	45	40	22
	04-Indústria Mecânica	15	12	11	11
	05-Elétrico e Comunic	9	8	9	0
	06-Material de Transporte	1	1	0	0
	07-Madeira e Mobiliário	21	31	40	36
	08-Papel e Gráf	17	67	58	70
	09-Borracha, Fumo, Couros	62	47	46	45
	10-Indústria Química	33	33	23	38
	11-Indústria Têxtil	26	23	23	6
	12-Indústria Calçados	13.880	11.165	7.026	6.119
	13-Alimentos e Bebidas	1.067	1.164	777	819
	14-Serviço Utilidade Pública	5	8	8	36
	15-Construção Civil	287	672	273	341
	16-Comércio Varejista	1.767	1.816	1.860	1.864
	17-Comércio Atacadista	70	108	89	79
	18-Instituição Financeira	83	90	96	95
	19-Adm Técnica Profissional	178	190	196	223
	20-Transporte e Comunicações	350	438	414	412
	21-Aloj Comunic	516	438	498	500
	22-Médicos Odontológicos Vet	296	322	325	171
	23-Ensino	109	189	217	248
	24-Administração Pública	2.467	2.545	2.187	2.818
	25-Agricultura	677	592	581	595

Fonte: MTE-RAIS. Dados sistematizados pela SEI/DIPEC/COPES mediante solicitação da aluna

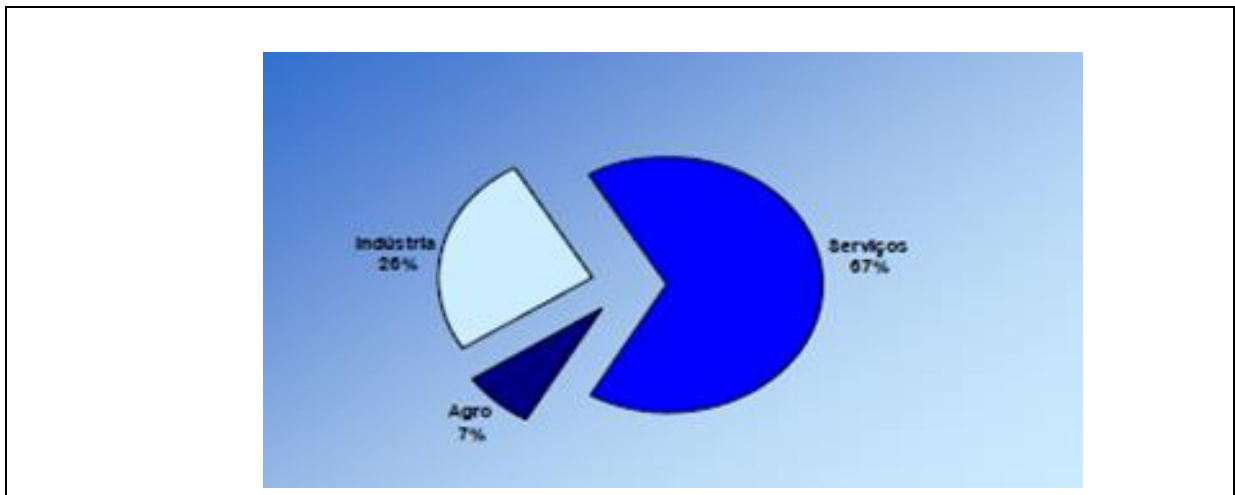
Atualmente a produção permanece apenas no Distrito Industrial de Itapetinga, cidade sede do TMS, mesmo assim com postos de trabalho bastante reduzidos em relação ao início, como pode ser visualizado na tabela acima. Como reação, apenas

três municípios conseguiram novas empresas para se instalarem nos galpões deixados pela antiga fábrica, porém, com volume de emprego menor do que antes.

3.2.1- Produção de riquezas e realidade sociocultural

Na Bahia, de modo geral, a pecuária é o item de menor participação na geração de riquezas para o Estado, como ilustra o gráfico abaixo. Além disso, a forma como é praticada no Médio Sudoeste é fator de concentração de riquezas na mãos de poucos e de grande exclusão social na posse da terra. Nos municípios de Itarantim, Nova Canaã e Ibicuí ainda existe um volume considerável de pequenos e médio produtores, porém, na maioria dos municípios predomina a concentração da terra em grandes latifúndios e poucos proprietários.

GRÁFICO 1 – Participação dos setores no PIB, Bahia – 2011



Fonte: Boletim PIB Municipal 2011/SEI(Superintendencia de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia- www.sei.ba.gov.br - Produto Interno Bruto dos municípios - Bahia: 2010 – 2011 p. 01 Acessado em 12.09.2014, às 15h25)

Não é de se estranhar, portanto, que o Médio Sudoeste esteja entre os cinco territórios que menos contribuem para a estrutura do PIB estadual, conforme ilustra a tabela abaixo. Ou seja, o setor da pecuária já não produz riqueza significativa para a Bahia (comparando-se com setores de serviços e a indústria) e em quase nada contribui para o orçamento público municipal, onde também se insere, ou deveria se inserir-se, a cultura.

TABELA 5 – PIB Municipal / Produto Interno Bruto por Território de Identidade e Município Cultural, Bahia – 2011

Território de Identidade	2010		2011(1)	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
ESTADO DA BAHIA	154.340,46	100,00	159.868,62	100,00
Metropolitana de Salvador	63.764,96	41,31	66.518,29	41,61
Portal do Sertão	9.543,63	6,18	10.539,79	6,59
Bacia do Rio Grande	6.140,96	3,98	7.869,72	4,92
Recôncavo	13.574,92	8,80	7.780,81	4,87
Litoral Sul	6.834,35	4,43	7.384,04	4,62
Litoral Norte e Agreste Baiano	5.500,64	3,56	6.480,57	4,05
Vitória da Conquista	5.206,98	3,37	5.786,60	3,62
Extremo Sul	4.548,62	2,95	4.876,92	3,05
Sertão do São Francisco	3.617,85	2,34	3.784,45	2,37
Costa do Descobrimento	3.231,71	2,09	3.473,15	2,17
Médio Rio de Contas	2.991,91	1,94	3.244,02	2,03
Baixo Sul	2.795,91	1,81	3.173,27	1,98
Sertão Produtivo	2.845,98	1,84	3.077,09	1,92
Sisal	2.701,98	1,75	2.885,05	1,80
Itaparica	2.351,73	1,52	2.541,34	1,59
Chapada Diamantina	2.078,74	1,35	2.441,57	1,53
Irecê	1.945,59	1,26	2.131,33	1,33
Bacia do Rio Corrente	1.628,73	1,06	1.997,27	1,25
Velho Chico	1.828,56	1,18	1.973,40	1,23
Semi-Árido Nordeste	1.969,91	1,28	1.942,95	1,22
Piemonte Norte do Itapicuru	1.707,58	1,11	1.853,12	1,16
Vale de Jequiçá	1.556,50	1,01	1.730,81	1,08
Médio Sudoeste da Bahia	1.672,93	1,08	1.669,58	1,04
Piemonte do Paraguaçu	1.346,34	0,87	1.455,48	0,91
Piemonte da Diamantina	1.293,87	0,84	1.450,60	0,91
Bacia do Jacuípe	1.026,04	0,66	1.117,17	0,70
Bacia do Paramirim	633,53	0,41	690,23	0,43

Fonte: Boletim PIB Municipal 2011/SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/boletim_PIB_municipal_2011.pdf> Acesso em 26.08.2014, às 15h50min

A maior fonte de receita das gestões municipais no Médio Sudoeste são as transferências de recursos federais, entre elas o FPM(Fundo de Participação dos Municípios), conforme destaca o presidente do CDSTMS e confirma a tabela abaixo. Isso revela a relação de grande dependência econômica dos pequenos e médios municípios em relação ao orçamento da União.

Aqui já podemos antever um dos aspectos que dificultam a implementação de políticas públicas de cultura nesses municípios, que é a alegação de falta de recursos, dentre outros desafios internos e externos apontados pelos gestores municipais de cultura, o que aprofundaremos no capítulo pertinente, mais adiante.

TABELA 6 - Arrecadação municipal, estadual e transferências constitucionais (R\$ 1,00) – 2011/2012

MUNICÍPIOS	Arrecadação Municipal (IPTU, ISS e ITBI)	Arrecadação Municipal (IPTU, ISS e ITBI)	Repassse Estadual (ICMS, IPI, IPVA, FIES e FCBA)	Repassse Estadual (ICMS, IPI, IPVA, FIES e FCBA)	Arrecadação Estadual (ICMS, IPVA, ITD e TAXAS)	Arrecadação Estadual (ICMS, IPVA, ITD e TAXAS)	Transferências Federais	Transferências Federais
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Caatiba	213.494,47	205.418,91	1.392.187,21	1.568.313,81	200.171,61	233.732,81	14.380.838,00	15.328.768,21
Firmino Alves	105.214,56	124.749,32	1.000.160,13	1.148.183,55	244.832,57	274.885,55	9.552.681,00	10.114.615,67
Ibicuí	536.301,27	665.054,43	2.049.400,92	2.312.350,91	633.596,55	779.593,47	19.938.365,00	22.076.321,15
Iguaí	565.722,59	573.853,49	2.357.031,27	2.599.515,83	946.438,81	1.051.444,93	31.158.892,00	33.241.904,96
Itambé	721.683,23	603.194,41	2.647.777,60	2.937.048,19	784.572,93	819.164,02	28.408.140,00	30.416.689,65
Itapetinga	3.543.543,24	4.148.289,20	22.835.277,64	25.541.647,33	18.457.851,93	20.155.339,23	55.831.487,00	63.016.219,22
Itarantim	379.147,81	409.379,11	2.852.503,69	3.755.143,49	1.084.424,67	1.131.423,76	22.945.518,00	24.625.445,22
Itororó	387.015,11	240.406,11	2.212.358,96	2.505.436,11	1.388.014,56	1.584.335,76	23.746.802,00	25.507.182,51
Macarani	437.781,90	469.917,57	2.078.439,57	2.352.261,44	876.492,94	991.751,23	25.587.166,00	26.061.719,90
Maiquinique	220.324,86	192.812,48	1.468.020,55	1.689.251,75	560.458,12	644.601,74	12.274.997,00	13.655.214,04
Nova Canaã	264.571,65	448.011,89	1.739.756,10	1.929.010,65	370.227,14	387.682,01	20.005.776,00	22.189.148,12
Potiraguá	259.671,83	285.997,62	1.631.897,38	1.853.901,93	323.536,19	478.619,28	11.767.175,00	12.325.797,06
Santa Cruz da Vitória	116.188,78	219.879,82	1.044.457,20	1.185.902,61	112.703,11	113.149,35	11.457.644,00	12.206.419,63

Fonte: SEI-Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, mediante solicitação para esse estudo, com base de dados do STN(Secretaria do Tesouro Nacional). Enviada por e-mail em 14.10.2014.

À forte dependência econômica da União somam-se a ausência de projetos de desenvolvimento local e a ineficiência na utilização dos recursos públicos devido à falta de planejamento e sobrecarga na folha de pagamento das prefeituras. Estas são atualmente as maiores empregadoras em doze dos treze municípios do Médio Sudoeste, como foi exemplificado nas tabelas de estoque de empregos, no início desse capítulo.

Porém, isso não impede que ações em prol da organização e desenvolvimento de políticas públicas de cultura ocorram no território. Apenas amplia os desafios, exigindo maior esforço e redes participativas para solucionar os problemas, como abordaremos na parte final desse estudo. Existe potencial de trabalho colaborativo a ser explorado nas gestões públicas locais, onde a cultura pode se associar a outras políticas públicas de inclusão e transformação da realidade social e qualidade de vida da população, contribuindo para elevação dos índices de desenvolvimento humano, social e econômico mostrados no quadro seguinte.

TABELA 7 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Município Baiano 2010, Índice de Performance Social (IPS) e Econômica (IPE) do Estado da Bahia

Municípios	IDHM(1)	IPS(2)	IPE(3)
Nova Canaã	0.545	4946,52	4968,61
Iguai	0.552	4964,39	4982,59
Caatiba	0.561	5009,61	4971,36
Maiquinique	0.576	5037,94	5017,57
Firmino Alves	0.578	5017,94	4976,46
Itambé	0.578	4960,61	4968,93
Ibicuí	0.584	5012,88	5009,38
Itororó	0.594	5017,03	5003,84
Macarani	0.605	5051,27	4992,84
Itarantim	0.610	5015,12	4996,92
Santa Cruz da Vitória	0.610	4982,95	5004,34
Potiraguá	0.625	5076,66	5001,71
Itapetinga	0.667	5114,08	5045,23

Fonte: (1) *Anexo XI do Edital do Programa Cultura Viva no Estado da Bahia 2014*. secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Tabela de **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Município Baiano**. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, disponível em: <http://www.pnud.org.br/> (2),(3) SEI-Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Índices de Performances Social e Econômica do Estado da Bahia 2008.

4.CAPÍTULO III - O LUGAR DA CULTURA NA GESTÃO MUNICIPAL E NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DA BAHIA.

4.1- PANORAMA DA REALIDADE CULTURAL E RELAÇÃO COM AS DEMANDAS DO ESTADO E UNIÃO

O ano de 2013 foi importante para os municípios baianos do ponto de vista da atualização e avanço no campo da Cultura, com a realização das conferências municipais, territoriais, estadual e setoriais de Cultura em toda a Bahia.

Conforme relatório da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult-BA) um novo recorde foi registrado, com a realização de 358 conferências municipais, representando aproximadamente 86% do total de municípios, 27 conferências territoriais e 19 conferências setoriais. No Território Médio Sudoeste da Bahia, 85% dos municípios realizaram suas conferências em 2013 e 100% estiveram representados na conferência territorial, em Itapetinga-BA(em agosto de 2013), quando foram escolhidos três delegados para as conferências setoriais, 14 para a estadual e um para a Conferência Nacional de Cultura.

É importante descrever esse cenário para salientar o clima celebrativo, reivindicatório e o entusiasmo que geralmente permeiam esses eventos, para além da sua condição formativa e integradora em torno de um tema cuja novidade na agenda das políticas oficiais é notória. Importante salientar isso para também comparar com os estágios pós conferências, especialmente de novembro 2013 a outubro de 2014, quando o entusiasmo e o comprometimento anteriores foram cedendo lugar ao sentimento de frustração diante da realidade limitante, por vários motivos, os quais pretendemos evidenciar nesse estudo.

A política de descentralização da Cultura na Bahia foi iniciada em 2007, como parte integrante da nova visão da Cultura, com a instalação de uma secretaria de governo exclusiva para o setor, que até então dividia espaço com o turismo em uma secretaria conjunta, onde a cultura baiana oficialmente reconhecida e destacada dentro e fora do Brasil era aquela fincada nas manifestações de matrizes africanas e circunscrita à capital, Salvador, e o Recôncavo Baiano e tratada institucionalmente como suporte à política oficial de turismo, em detrimento das outras culturas, como a dos sertões, a indígena (mais concentrada no Sul do Estado) e as manifestações e

saberes de outras regiões interioranas, incluindo o Médio Sudoeste, cuja distância da capital é considerável.

Em 2007 iniciou-se então um amplo processo de “interiorização” das ações da Secult-BA, partindo da escuta e mobilização das comunidades nos 417 municípios baianos para, a partir daí, ser configurada a política pública de Cultura do Estado, respaldada pela participação não só da comunidade cultural, mas da sociedade civil como um todo e o poder público local.

Desse processo resultaram a criação da Superintendência de Desenvolvimento Territorial de Cultura na Secult-BA, implantação das Representações Territoriais de Cultura; mudanças na seleção de projetos culturais via editais com concorrência macroterritorial e, em alguns casos (Pontos de Cultura e territórios Culturais), por território, não mais competindo com a capital; a eleição de conselheiros territoriais, com 20 vagas (10 titulares e 10 suplentes) no Conselho Estadual de Cultura(CEC) e a criação da Diretoria de Territorialização da Cultura(DTC), dentre outras ações de valorização e reconhecimento dos 27 territórios de identidade da Bahia como o espaço da prática e fortalecimento do processo de descentralização e democratização da Cultura no Estado.

A Secult foi a primeira Secretaria de Estado a adotar prontamente a política territorial:acatando a sua regionalização; construindo e partilhando os seus instrumentos, a exemplo das conferências territoriais de cultura; contratando articuladores territoriais para desenvolver o apoio cultural em cada um dos territórios; além de democratizar e descentralizar as ações e recursos da Secretaria.⁷

Com esse processo iniciado em 2007 e se consolidando nos anos posteriores, era de se esperar que em 2013 a situação dos municípios em relação ao SNC e SMC tivesse avançado na mesma velocidade das ações de institucionalização da Secult-BA. Porém, no Médio Sudoeste, em junho de 2013, quando iniciamos a atuação como Representante Territorial de Cultura, 12 dos 13 municípios apresentavam dirigente municipal de Cultura, o que é muito positivo, ainda que a maioria em regime informal, no entanto, apenas o município-sede do território havia implantado o seu Sistema Municipal de Cultura(SMC), com todos os itens obrigatórios, incluindo Plano Municipal de Cultura(PMC).

⁷ RIBEIRO, op. Cit.

Além desse, mais um havia realizado a adesão ao SNC, com Acordo de Cooperação Federativa, assinado com o Ministério da Cultura (MINC). Nesses dois municípios, um pequeno e outro médio, os dirigentes municipais de Cultura estiveram na função desde o ano de 2008, permanecendo a partir de 2012, com a reeleição dos prefeitos. Ambos participaram ativamente do processo de escuta e mobilização da Secult-BA no interior. Dessa forma, contribuíram para a construção da Política Pública de Cultura no Estado e estavam na frente em relação aos demais quanto à formação específica para a gestão cultural.

Ainda assim, a nossa pesquisa verificou que apesar da resposta desses municípios às demandas oficiais da Secult-BA e MINC naquele período, pouco se avançou no desenvolvimento efetivo da política local nos anos posteriores. Atualmente encontram-se em situação bem semelhante aos demais, cujos dirigentes assumiram a função a partir de 2012 e nada, ou pouco, sabiam das demandas da Cultura em âmbitos estadual e nacional, ou da realidade anterior de suas localidades em relação ao processo de institucionalização da Cultura, conforme relataram em junho de 2013, durante as oficinas de capacitação para a realização das Conferências Municipais de Cultura.

4.2- PERCEPÇÃO DO VALOR DA CULTURA: VISÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE CULTURA

Nesse item, os resultados da nossa pesquisa revelam com destaque a importância da formação e qualificação na definição do valor da cultura pelos gestores municipais do setor. Questionamos o que é cultura, a partir da atribuição de valor a diversos temas relacionados ao conceito de cultura entre os dirigentes do setor. A formação e qualificação para a cultura surgiu com maior número de indicações no primeiro lugar, conforme tabela abaixo. Isso veio reafirmar o favoritismo do tema revelado pelos participantes de todas as conferências de cultura no Médio Sudoeste e na V Conferência Estadual de Cultura da Bahia, onde surgiu como item de grande importância e demanda prioritária tanto nas propostas finais como em todos os eixos temáticos.

TABELA 8 – Percepção da cultura: Dirigentes Municipais de Cultura

Opções	Quantidade de indicações								
	1º lugar(*)	2º lugar	3º lugar	4º lugar	5º lugar	6º lugar	7º lugar	8º lugar	9º lugar
Promover a formação/qualificação	09	01	01	-	01	-	-	-	-
Apoiar manifestações tradicionais(terno de reis, quadrilhas, cordéis, outras)	02	08	01	-	-	-	-	-	-
Literatura	01	-	04	03	02	01	-	01	-
Realizar eventos, festas juninas e de aniversário da cidade	02	-	02	02	01	02	-	01	01
Festas religiosas	01	-	-	-	01	04	-	04	01
Teatro	01	-	02	04	02	02	-	-	01
Dança	01	-	-	02	02	01	03	02	-
Culinária	01	-	-	-	-	-	02	02	05
Artesanato	01	-	01	01	02	-	05	-	01

A percepção do valor de se apoiar as manifestações tradicionais surge também como muito importante(segundo lugar) na definição de cultura dos gestores. Interessante notar que as festas religiosas, tidas como muito relevantes pela população em geral, aparecem identificadas como expressão cultural somente entre o sexto e oitavo lugar, enquanto que, nas linguagens artísticas, a literatura e o teatro se destacam entre a terceira e quarta classificação. Sem surpresas, e seguindo uma tendência geral, muito clara durante a III Conferência Nacional de Cultura, a culinária(gastronomia), é pouco percebida como bem cultural relevante pelos gestores (entre o sétimo e décimo lugar nas indicações).

Percebe-se que a realização de festas e eventos, na visão dos gestores diretos da cultura, não é tão relevante na definição de cultura, tanto que suas indicações aparecem diluídas entre o primeiro e o último (décimo) lugar. No entanto, é muito importante comparar os resultados da definição de cultura com as respostas relativas às atividades culturais que predominam nos municípios.

A realização de festas juninas e de aniversário da cidade, de iniciativa do poder público, é predominante. As festas religiosas, cuja importância é diluída na atribuição de valor como cultura, também está entre as atividades mais frequentes. Já a qualificação e a formação, que aparecem como destaque na definição de cultura(quadro anterior), são as atividades menos promovidas nos municípios (quadro abaixo), segundo os gestores pesquisados, o que reforça a necessidade priorizada nas conferências da Bahia e que motivou o investimento significativo da Secult-Ba nessa área.

TABELA 9 – Atividades Culturais Predominantes: Dirigentes Municipais de Cultura

Opções	Indicações de									
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	5º lugar	6º lugar	7º lugar	8º lugar	9º lugar	10º lugar
Festa Junina (*)	10	02	-	-	-	-	-	-	02	-
Festa de aniversário da cidade	02	04	03	-	01	-	-	-	-	-
Festas religiosas	-	01	05	02	01	-	-	-	-	-
Literatura	-	-	-	02	01	02	02	01	01	01
Manifestações tradicionais(temo de reis, quadrilhas, cordéis, outras)	01	01	01	03	01	01	-	01	01	-
Artesanato	-	01	-	01	-	02	04	01	-	01
Dança	-	-	-	01	06	-	02	-	01	-
Teatro	-	-	-	01	-	03	01	04	-	01
Promover a formação/qualificação	-	02	02	-	-	-	-	02	03	02
Culinária	-	-	-	-	-	01	01	01	02	05

Ao afirmar que não existem ações de formação e qualificação em cultura – apenas dois dos 12 gestores de cultura indicaram que tais ações são promovidas em seus municípios - a maioria desses gestores revela uma visão restrita da gestão municipal. Com base na observação direta, atuando no assessoramento aos municípios desde junho de 2013, na função de Representante Territorial de Cultura, constatamos que diversas atividades de formação existem em todos os municípios, principalmente voltadas para a música, teatro, capoeira, dança e artesanato. Entretanto, o protagonismo delas não está no setor de cultura e sim, predominantemente, nos programas especiais das secretarias de Ação Social e de Educação.

O fato de os gestores não registrarem tais ações de formação e difusão como integrantes das ações culturais revela a grande lacuna que existe na integração das diversas políticas públicas e de diálogo intersetoriais no sentido de promover de forma compartilhada e sustentável o desenvolvimento. A Cultura precisa ser reconhecida pelos gestores municipais do setor como “um recurso para promover a inclusão social, para requalificar centros urbanos, para estimular a geração de emprego e renda etc... um recurso, enfim, para ativar políticas que se ocupam do desenvolvimento”. (MIGUEZ, 2014)

4.3 – EQUIPAMENTOS E CALENDÁRIOS CULTURAIS EXISTENTES NO TERRITÓRIO

Dos 13 municípios, apenas dois têm equipamentos do governo do estado que podem ser considerados culturais, que são os Centros Sociais Urbanos(CSU). São, na verdade, espaços de convivência utilizados (quando o são) pela comunidade e a gestão local para atividades recreativas, esportivas e culturais. Nenhum município do Médio Sudoeste conta com um centro específico de cultura, seja do Estado ou municipal. Cinco contam com espaços privados (Ongs ou Fundações) voltadas para a cultura, que funcionam em parceria ou não com o poder público.

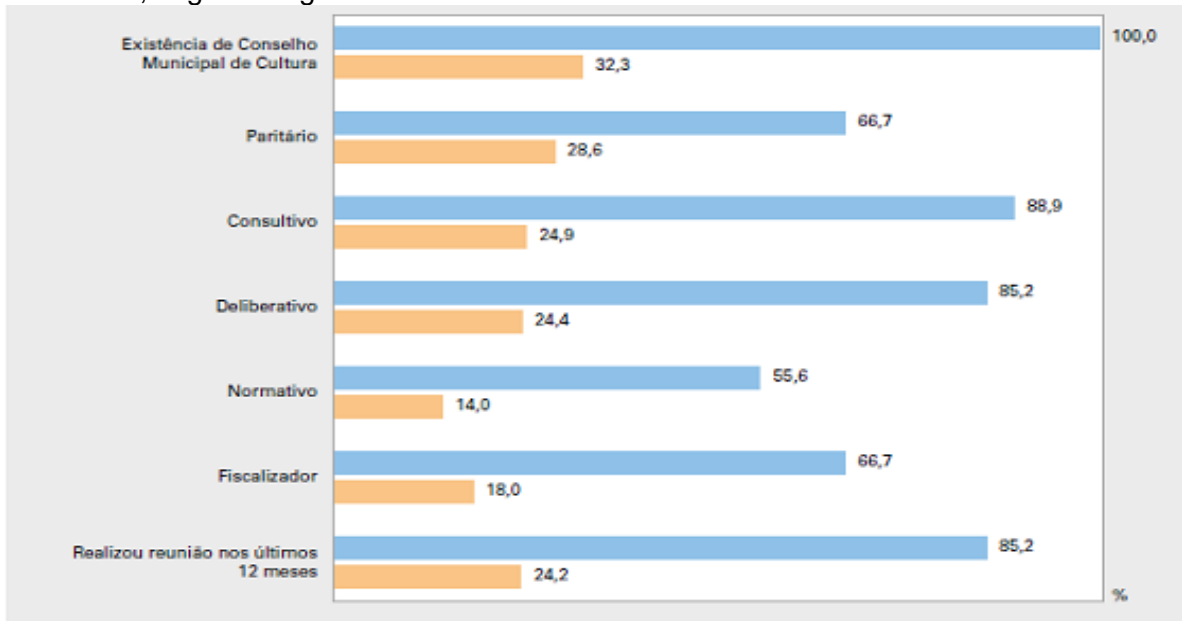
Apenas em dois municípios há mapeamento dos agentes e coletivos culturais e nenhum possui calendário ou plano de ação nessa área. Não há um cinema, sequer. Só o município-sede tem livraria. Um município tem museu funcionando em espaço próprio, pequeno, mas integrado ao Plano Nacional de Museus, e outro tem o acervo do antigo museu acessível à visitação pública em uma sala do estádio municipal, onde funciona a Secretaria de Esporte e Lazer, e um memorial com acervo privado, mas disponível ao público. Todos os municípios têm pelo menos uma biblioteca pública, ainda que sub-utilizada como espaço cultural.

4.4- REALIDADE DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Em relação à participação e controle social a situação não é animadora. Em 2013 existiam sete Conselhos, e nove em 2014. Porém, apesar de terem sido criados mais dois novos conselhos municipais de cultura entre outubro e novembro de 2013, até outubro de 2014 os conselheiros não tinham sido nomeados nem empossados e não existe pressão social para o seu funcionamento.

Atualmente, 69% dos municípios possuem Conselhos de Cultura no Médio Sudoeste da Bahia, percentual bem superior à média nacional, que é de 32, conforme ilustra o Gráfico 2, com dados do IBGE.

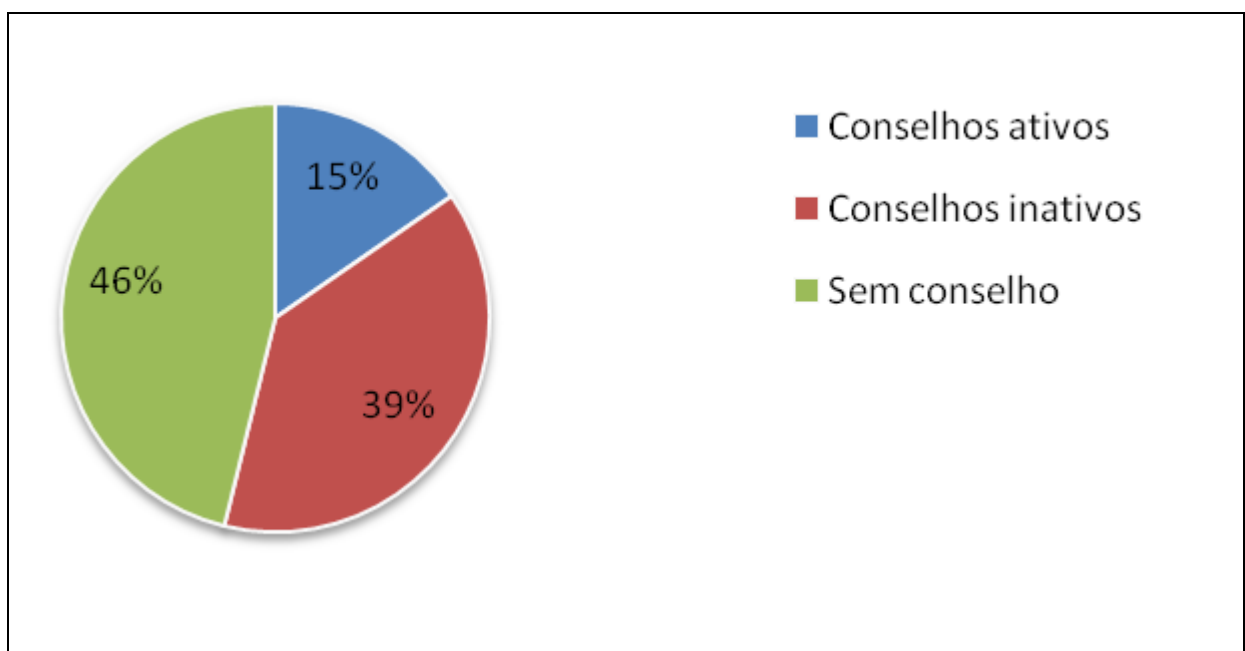
Gráfico 2 – Percentual de Unidades da Federação e municípios com Conselho Municipal de Cultura, segundo algumas características – Brasil – 2012



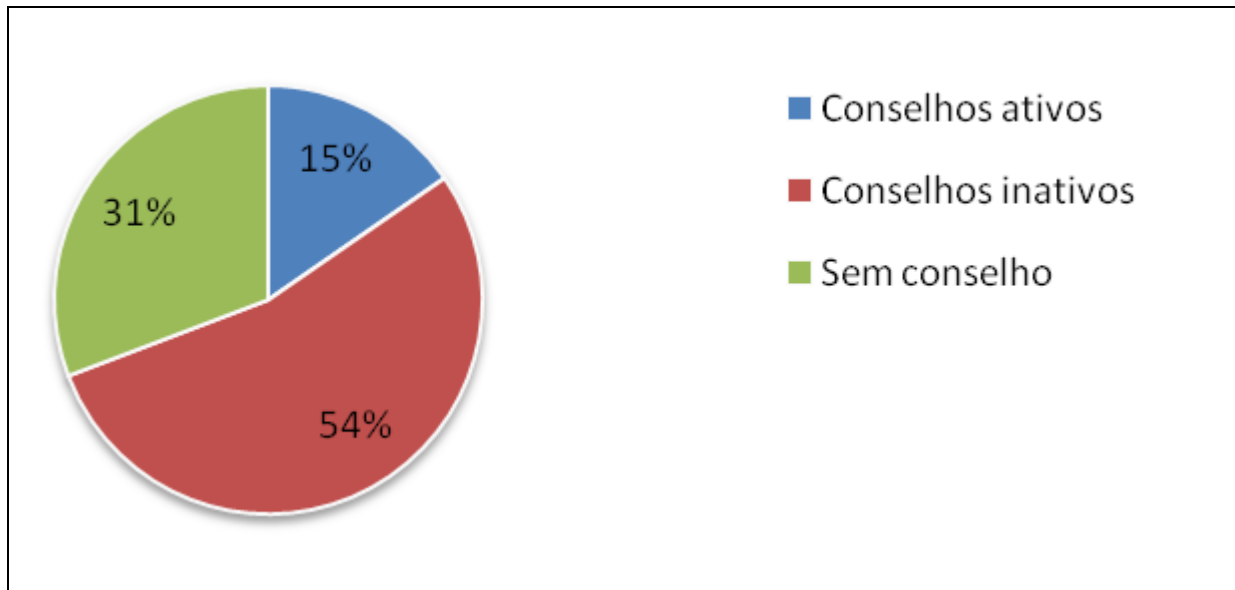
Fonte: IBGE 2012- Perfil dos Municípios Brasileiros. IBGE, 2012

No entanto, o número de conselhos inativos no Médio Sudoeste da Bahia subiu de cinco em 2013 (39%) para sete em 2014 (54%), revelando inconsistência no processo de participação e controle social na área da cultura. Os gráficos abaixo fazem a comparação da situação em 2013 e 2014 quanto à existência e funcionamento dos Conselhos Municipais de Cultura:

GRÁFICO 3 - Conselhos Municipais de Cultura – 2013



Fonte: Questionários de Pesquisa para TCC do Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste, tabulado pela aluna/autora.

GRÁFICO 4 - Conselhos Municipais de Cultura – 2014

Fonte: Questionários de Pesquisa para TCC do Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste, tabulado pela aluna/autora.

A iniciativa de criação do conselho de Cultura não partiu de um movimento espontâneo ou militante da comunidade cultural (sociedade civil) e sim da provocação do Estado, nesse caso, da Secult-BA, no movimento de descentralização e democratização da gestão cultural. No âmbito local, portanto, a criação desses conselhos se deu não em razão do reconhecimento da cultura, por parte da gestão pública municipal, como uma dimensão importante para a vida do município ou da valorização da participação social na gestão pública ou, ainda, em decorrência da ação reivindicatória da comunidade cultural.

O protagonismo do poder público local na implantação dos conselhos visou muito mais atender à demanda externa daquele momento, isto é, a organização do campo da cultura com vistas à consolidação da política cultural do Estado da Bahia e da União, para estruturação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Ou seja, “a gestão da cultura no Brasil, considerando a articulação entre Poder Público e sociedade civil através de Conselhos, ainda é estruturada a partir da ótica da União, tendo como intermediários os governos estaduais”. (Munic 2012)⁸.

Aqui vale a pena destacar a sazonalidade na tendência de criação dos conselhos no Brasil a partir dos anos de 1990, segundo o IBGE (Munic 2012). Analisando a série histórica de 1999 a 2012, observou-se que a criação de conselhos municipais de cultura concentra-se mais no primeiro ano das novas gestões municipais, caindo nos três anos posteriores até o final do mandato, para

⁸ Perfil dos Municípios Brasileiros. IBGE, 2012. p. 78 e 79

voltar a crescer apenas no primeiro ano da nova gestão. Mas no Médio Sudoeste da Bahia, com a mudança de gestão e descontinuidade administrativa em decorrência das eleições municipais de 2012, houve um corte e refreamento do movimento anterior, de estruturação local do campo da cultura. Com novos gestores, a grande maioria sem qualificação específica ou vivência em gestão cultural, foi necessário refazer o caminho a partir de 2013, já que acontecera antes por provocação externa.

Isso evidencia, por um lado, a importância do papel do Estado, por meio de uma política de cultura clara, firme e democrática, provocando mudanças nos municípios, mas também revela como a sociedade civil (incluindo a comunidade cultural) ainda não se apropriou do conceito e valor da cultura como direito. Tal percepção foi confirmada pelos dirigentes e conselheiros municipais de cultura em grupo focal na reunião geral de avaliação das conferências municipais, em setembro de 2013, no município de Itapetinga, onde 12 municípios estiveram representados.

Comparando a realidade do Brasil em relação à existência de Conselhos, sejam municipais ou estaduais (quadro abaixo), percebemos que em 2009, 35,5% dos 5.565 municípios brasileiros possuíam Conselhos Municipais de Cultura. Em 2012, todos os estados já os havia implantado, porém, até maio de 2014, apenas cinco estados concluíram a implantação dos seus sistemas de cultura.

TABELA 10 – Existência de Conselhos Municipais e de Conselhos Estaduais, segundo os temas – Brasil – 2009-2012

Temas	Existência de Conselhos	
	Percentual de Municipais em 2009 (%) (N=5.565)	Percentual de Estaduais em 2012 (%) (N=27)
Saúde	97,0	100,0
Criança e Adolescente	91,0	100,0
Educação	79,0	100,0
Meio Ambiente	56,0	100,0
Cultura	35,5	100,0
Direitos do Idoso	25,0	100,0
Habitação	9,0	100,0
Esporte	18,0	63,0
Segurança Pública	11,0	63,0
Direitos da Pessoa com Deficiência	10,0	59,3
Transporte	3,0	48,1
Promoção da Igualdade Racial	6,0	37,0
Direitos de LGBT	0,1	18,5

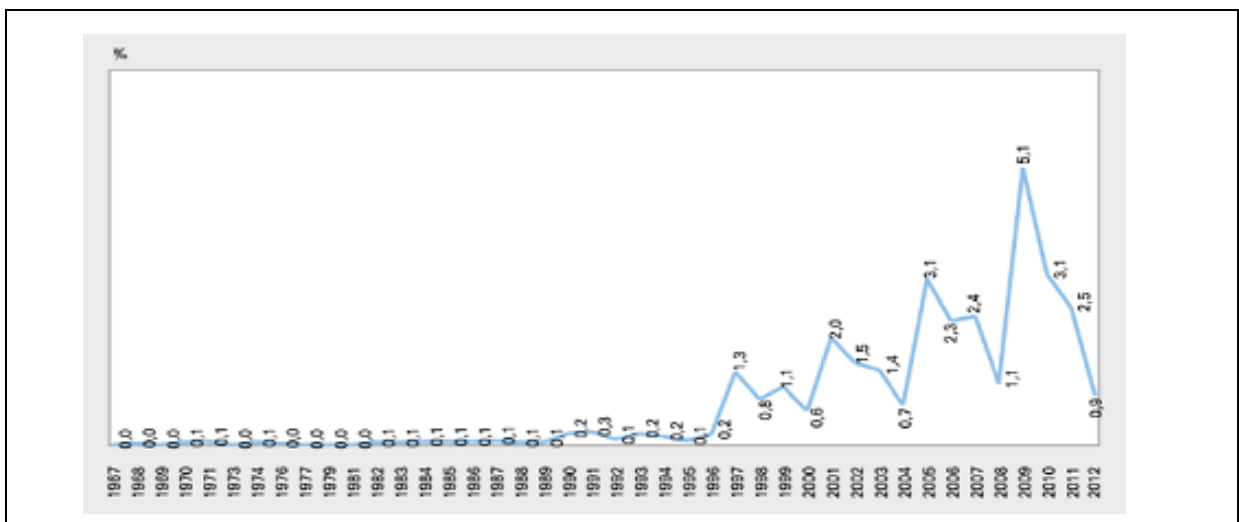
Fonte: IBGE- Perfil dos Estados Brasileiros 2012- Pesquisa de Informações Básicas Estaduais-Estaduic 2012. p.38 . **IBGE** / Diretoria de Pesquisas / Coordenação de População e Indicadores Sociais.

De acordo com o IBGE, de modo geral, os Conselhos Estaduais têm, em média, 16,7 anos de existência. Portanto, sua instauração é um fenômeno recente, como também é historicamente recente o movimento de participação social na gestão pública no Brasil, como bem destaca Lubambo (2005). A autora aponta que essa participação social está sendo dinamizada após a Constituição Federal do Brasil, promulgada há 25 anos.

De forma temática, os Conselhos de Cultura, Saúde, Meio Ambiente e dos Direitos da Criança e do Adolescente têm entre 23,7 e 18 anos de existência, estando também presentes em todas as Unidades da Federação, enquanto que os Conselhos de Educação têm a maior média de anos de existência (47,7 anos), conforme a Estadiv 2012.

Considerando como é recente a inclusão da Cultura enquanto política pública na agenda do Estado, não é de se estranhar que a criação de Conselhos de Cultura no Brasil seja, também, recente. Mesmo com o reconhecimento da Cultura como direito na Constituição federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, o movimento de criação de Conselhos de Cultura só foi dinamizado a partir de 2004, tendo alcançado o auge em 2009, com o maior percentual de criação de conselhos de cultura (5,1% dos municípios), conforme ilustra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 5 – Municípios com Conselho Municipal de Cultura segundo o ano de criação-Brasil-2012



Fonte: Parte integrante da aula Consulta, Participação, Controle Social: conselhos de cultura, apresentada pela professora Lia Calabre no Encontro de Política e Gestão Culturais promovido pela Secult-BA de 09 a 12.09, em Feira de Santana-BA e cedido pela mesma à autora desse estudo, por e-mail, em 19.09.2014.

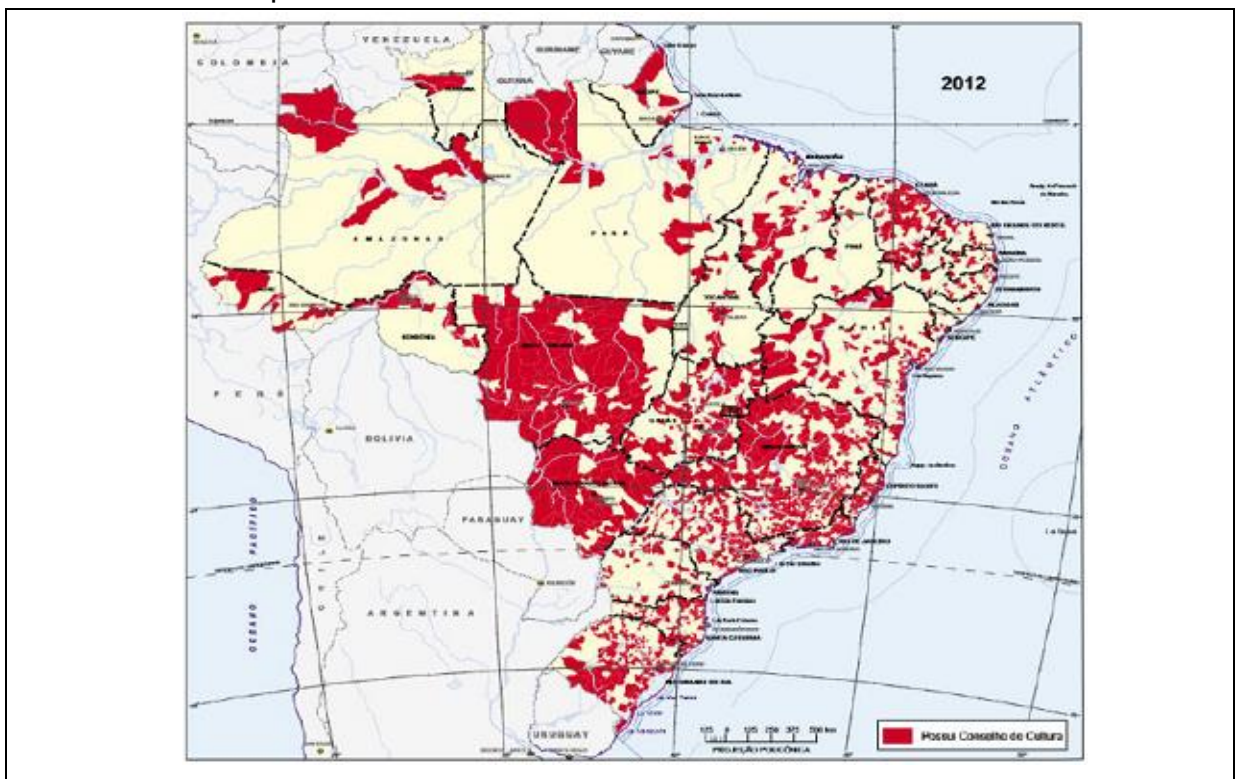
O período de 2003 a 2010 foi muito rico para o debate sobre Cultura no Brasil, com a criação de um Ministério exclusivo para a Cultura, cuja autonomia institucional

e política deu partida à consolidação de uma nova visão da Cultura, fundamentada no reconhecimento e valorização “oficial” da pluralidade e diversidade cultural brasileiras. Mais ainda, do dispositivo constitucional que assegura a Cultura como direito de todo cidadão.

Também foi quando se desenvolveu a base para o novo modelo de gestão da Cultura, de forma ampla e participativa, e que culminaria na criação do Plano Nacional de Cultura, em 2011, e no ano seguinte, a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura, ainda que o seu funcionamento não tenha sido, até agora, regulamentado, o que discutiremos mais adiante.

Do mapa abaixo, contextualizando o objeto da nossa pesquisa, destacamos o Estado da Bahia, com a distribuição geográfica dos Conselhos Municipais de Cultura em 2012. Trata-se de extensa área territorial, com 417 municípios e realidades econômica, política, social e cultural bastante diversificadas, com similitudes, mas também grandes contrastes e diferenças.

MAPA 2 – Municípios com Conselho de Cultura



Fonte: Parte integrante da aula Consulta, participação, controle social: conselhos de cultura, apresentada pela professora Lia Calabre no Encontro de Política e Gestão Culturais promovido pela Secult-BA de 09 a 12.09, em Feira de Santana-BA e cedido pela mesma à autora desse estudo, por e-mail, em 19.09.2014.

Observa-se maior presença de Conselhos Municipais de Cultura na região Oeste, onde são marcantes a cultura e as experiências do associativismo, e pouco

significativa no Sudoeste da Bahia. Essa é uma realidade sujeita a várias causas historicamente estabelecidas no Médio Sudoeste, como a ausência de uma cultura de associativismo, o estabelecimento de uma economia focada na monocultura da pecuária e concentração nos grandes latifúndios.

Tal modelo de ocupação do território dizimou as comunidades tradicionais indígena e africana, sem deixar espaço nem para sua memória, com exceção de dois municípios onde remanescentes de escravos conseguiram se preservar nas comunidades quilombolas da Lagoinha (município de Nova Canaã) e da Pedra (município de Itambé).

Vale a pena considerar ainda, que mesmo após 25 anos de reconhecimento como entes federados, pela Constituição Federal de 1988, percebe-se que perdura nos pequenos e médios municípios do Território Médio Sudoeste a relação de dependência da União e do Estado, como vimos anteriormente. Esperam a transferência de recursos financeiros e também delegam ao Estado e União a responsabilidade pelo desenvolvimento. Fora da atuação da União e do Estado, são pouquíssimos os projetos de desenvolvimento local na região.

Ainda sobre participação social, em meados do ano de 2013 foi concluído no Território o processo de instituição ou reformulação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS). Promover ações que estimulem, preservem e fortaleçam a cultura local é uma das atribuições dos CMDS's. É o que orienta oficialmente a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura-SEAGRI, por meio do CEDRS-Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e outras instâncias do governo da Bahia, na cartilha para formatação dos CMDS's.

Portanto, seria interessante, oportuno e necessário que houvesse representação da comunidade cultural nos CMDS's, conforme orientamos. Porém, após a finalização do processo, constatamos que nenhum desses conselhos seguiu a orientação. Desta forma, percebemos a fragilidade que perdura quanto ao reconhecimento, na prática, da importância da Cultura para a agenda do desenvolvimento sustentável e da importância da transversalidade da cultura com outros setores da gestão pública.

Tal atitude enfraquece, em âmbito local, as diretrizes do PPA 2012-2015 (Plano Plurianual da Bahia), onde o tema Cultura e Desenvolvimento integra o Eixo Estruturante II - Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o

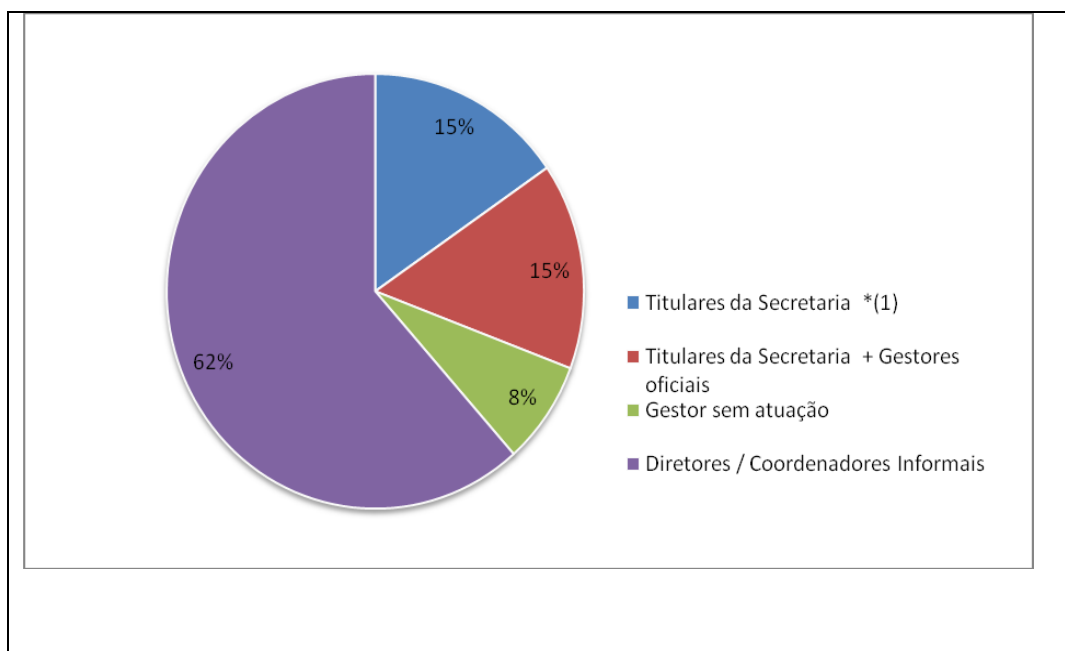
Desenvolvimento, junto a outras nove áreas importantes: infraestrutura logística e de telecomunicações; energia; ciência e tecnologia; meio ambiente; economia verde; desenvolvimento urbano -cidades sustentáveis; cadeias produtivas do agronegócio; turismo; e indústria, mineração e serviços estratégicos.

4.5 – ASPECTOS QUE INTERFEREM NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA NOS MUNICÍPIOS E INTEGRAÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

4.5.1- Natureza dos órgãos gestores da cultura

Constatamos que 100% dos municípios do TMS têm órgão oficial de Cultura. Todos são Secretarias Conjuntas, a maioria com área da Educação, mas na prática quem se “responsabiliza” pela Gestão Municipal da Cultura são, na grande maioria dos casos, gestores informais e não os titulares dessas secretarias. Não há uma apropriação da cultura como área de responsabilidade efetiva da Secretaria conjunta, mesmo quando a associação é com a Educação. “Já tenho muito trabalho com a educação, não tenho quem cuide da cultura e não tenho condições nem recursos para cuidar disso”, disse a titular da Secretaria de Educação e Cultura de um pequeno município.

GRÁFICO 6 – Atuação dos Gestores da Cultura nas Secretarias Conjuntas



Fonte: Questionários de Pesquisa para TCC do Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste, tabulado pela aluna/autora.

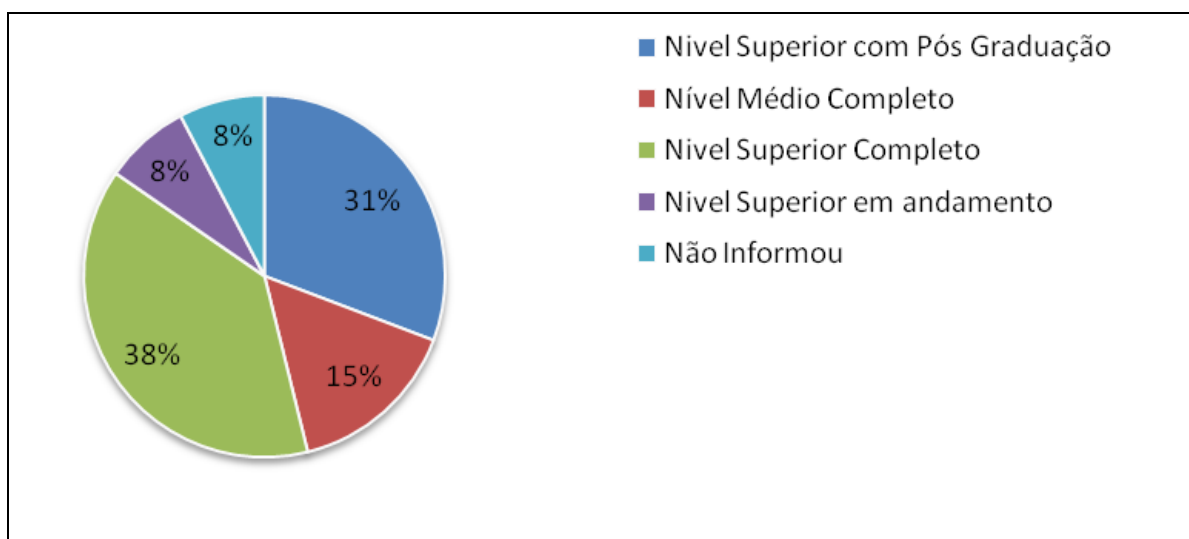
Apenas no município-sede do território, que tem Departamento de Cultura oficializado, existe orçamento próprio para a Cultura. Ainda assim, aproximadamente 50% são utilizados na festa de São João e apesar de serem realizadas algumas atividades culturais esporádicas, não há calendário anual ou execução do Plano Municipal de Cultura. Todos os municípios recebem uma parcela dos recursos do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), na razão de 25% dos impostos arrecadados nessas localidades pelas empresas mantenedoras do FCBA.

Apesar de ser um valor pequeno durante o ano, seria suficiente, pelo menos, para possibilitar a participação dos dirigentes municipais de cultura em ações de formação e qualificação. No entanto, como os municípios na sua maioria não têm órgãos oficializados ou fundo municipal de cultura, tais recursos vão para a conta geral das prefeituras e acabam sendo utilizados em outras áreas.

Até junho de 2013, os dirigentes de cultura desconheciam a existência desse repasse pelo estado. Após conhecerem, passaram a reivindicar junto à gestão pública a exclusividade de uso desses recursos na cultura, mas ainda não obtiveram sucesso. Por isso, defendem que o próprio governo do estado deve criar mecanismos de direcionamento dessa parcela do FCBA para uso obrigatório e exclusivo na cultura nos municípios, como pretende a PEC 150 com o orçamento da cultura em todos os entes federados. Este é mais um desafio a ser vencido.

4.5.2 –Nível de formação acadêmica dos Gestores da Cultura

GRÁFICO 7 – Nível de Formação e Qualificação Geral dos Gestores

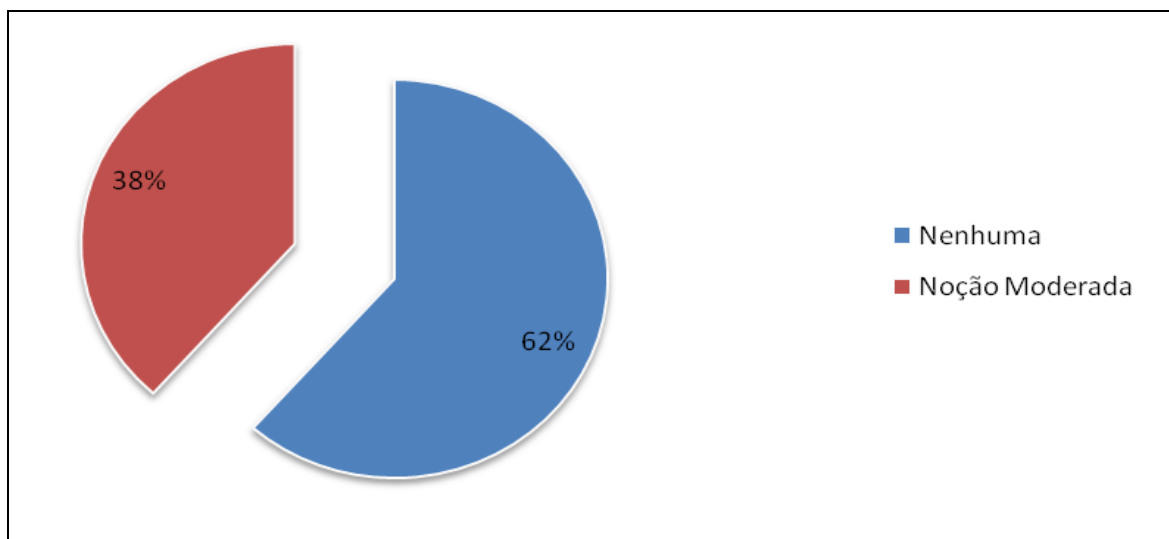


Fonte: Questionários de Pesquisa para TCC do Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste, tabulado pela aluna/autora.

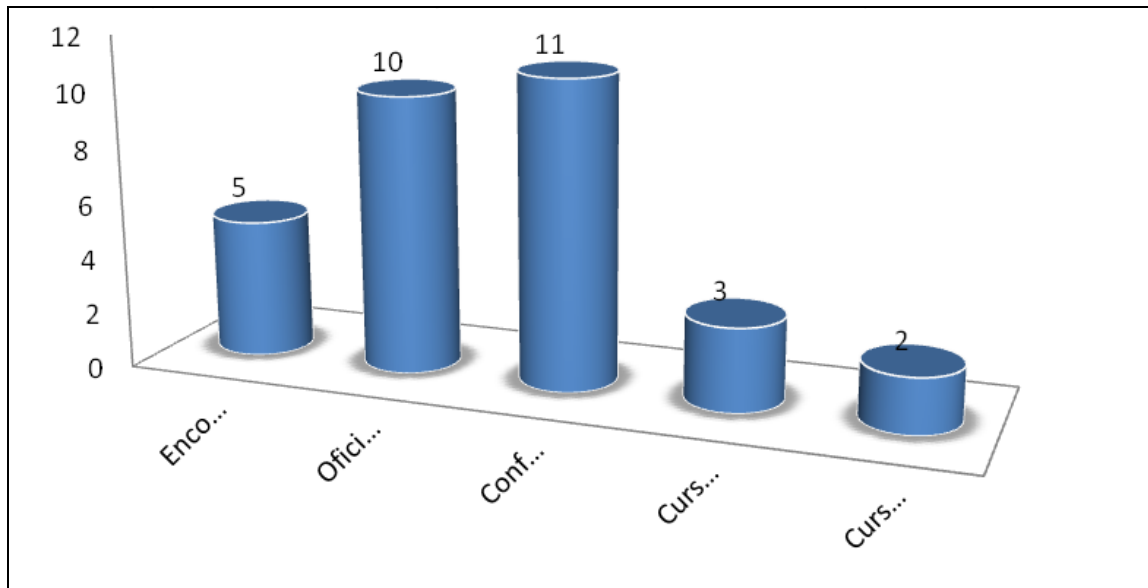
Dos 13 gestores, cinco têm nível superior completo, enquanto outro está cursando a universidade. Quatro têm pós graduação; dois possuem nível médio completo e um não respondeu. As áreas de formação predominantes são as de Ciências Humanas ou Sociais. Podemos dizer que todos os gestores têm bom nível de diplomação, no entanto, a observação nos revelou que só isso não tem sido suficiente para o estabelecimento da gestão da cultura, que depende de outros fatores, conforme veremos no item sobre as maiores dificuldades à implementação de uma política pública de cultura.

Ainda no campo da formação, a falta de conhecimento prévio e de qualificação adequada para a gestão da cultura “atrasa” o processo de organização do setor nos municípios. Os dois gestores que tinham alguma noção de gestão cultural quando assumiram a função estão na gestão pública desde 2008 (ficaram junto com os prefeitos reeleitos) e participaram do processo de descentralização e territorialização da política cultural da Bahia, pela Secult-BA. Porém, mesmo nesses municípios a gestão da cultura, apresenta quadro de instabilidade e a institucionalização ainda não avançou, apesar da constatação de evolução no nível de formação dos gestores para a gestão cultural.

GRÁFICO 8 – Noção Prévia em Gestão Cultural Quando Assumiu Função



Fonte: Questionários de Pesquisa para TCC do Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste, tabulado pela aluna/autora.

GRÁFICO 9 – Tipos de Qualificação na Gestão Cultural após assumir função

Fonte: Questionários de Pesquisa para TCC do Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste, tabulado pela aluna/autora.

A importância do protagonismo do estado nas ações de formação e qualificação para a cultura é muito grande, na visão dos gestores pesquisados. O gráfico acima reflete isso, quando revela que os principais meios de aquisição de conhecimento pelos gestores são as conferências, oficinas com o Representante Territorial de Cultura e encontros promovidos pela Secult-BA.

Cursos online ou de longa duração são considerados pouco atrativos e o único curso de extensão no território foi oferecido pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em 2010, mediante financiamento da Secult-Ba por meio de edital de formação. Dos atuais gestores, apenas os dois mais antigos na função participaram. É claramente perceptível a necessidade de criação de uma rede territorial de formação em cultura e o fortalecimento institucional e operacional de uma rede estadual nesse campo para alcançar o vasto território baiano.

4.6- PRINCIPAIS DIFICULDADES: VISÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE CULTURA

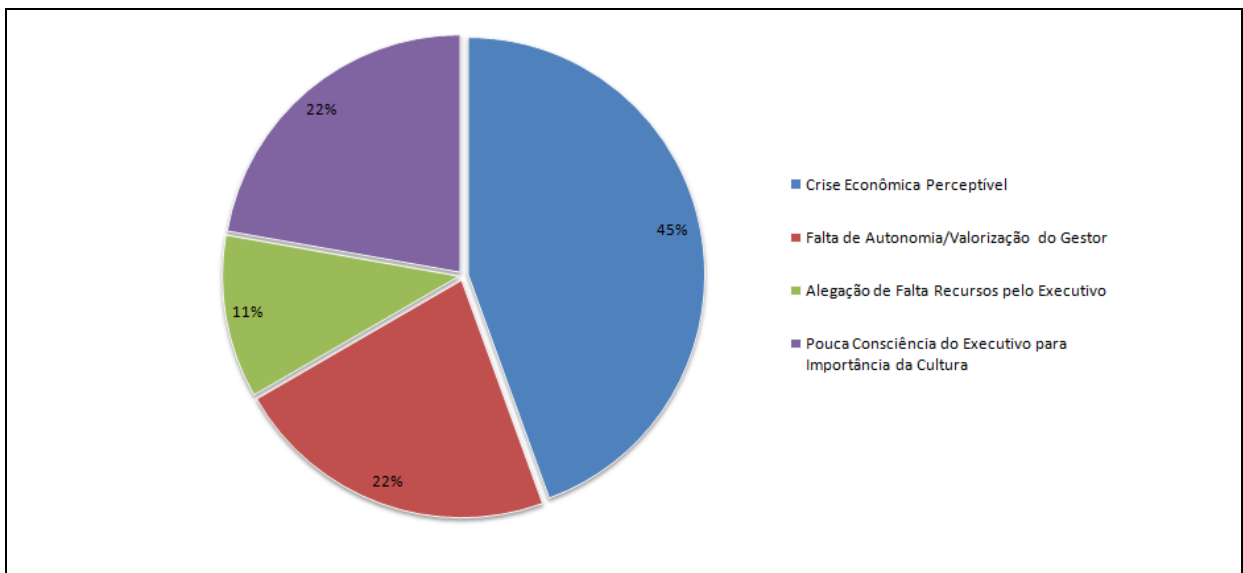
Ao longo desse estudo, tratamos, já, de alguns fatores que se constituem desafios à implantação dos sistemas municipais de cultura no Médio Sudoeste da Bahia. No início da convivência com os dirigentes municipais de cultura, em junho de 2013, estes apontavam a falta de apoio ao trabalho e a desvalorização da cultura

por parte dos gestores municipais(prefeitos/as) como o maior entrave à implementação de uma política pública de cultura em seus municípios.

De fato, esse entrave existe, dentre outros já citados, entretanto, na nossa pesquisa, a maioria dos dirigentes aponta a existência de uma crise econômica visível, que permeia vários setores da gestão pública, como o fator que mais tem dificultado o avanço da organização e desenvolvimento de políticas públicas de cultura. O gráfico abaixo resume as principais dificuldades. Nele notamos que a falta de autonomia do gestor da cultura, aliada à pouca consciência do Executivo para importância da cultura, juntos, têm o mesmo peso da falta de recursos.

Portanto, na mesma medida em que se deve encontrar alternativas econômicas para o desenvolvimento da política municipal de cultura, também se deve buscar a elevação no nível de conhecimento, formação e consciência dos gestores municipais(prefeitos), para fortalecimento da Cultura na agenda política e nos planos de gestão nos municípios. Nas considerações finais apontamos alguns caminhos para se alcançar os gestores municipais, com esse propósito.

GRÁFICO 10 – Principais Dificuldades Para a Implementação da Política de Cultura, Segundo os Gestores Municipais de Cultura



Fonte: Questionários de Pesquisa para TCC do Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste, tabulado pela aluna/autora.

4.7- PRINCIPAIS DIFICULDADES: VISÃO DOS PREFEITOS

O presidente do CDSTMS, Joaquim Mendes Júnior, representando os prefeitos, reconhece que a cultura ainda não se estabeleceu oficialmente como item da gestão pública nos municípios do Médio Sudoeste. No entanto, diz ele, o maior entrave se dá em razão do desconhecimento dos gestores (prefeitos/as) em relação à política de cultura da União e suas demandas em âmbito municipal. Em segundo lugar, diz ele, vem a ausência de pessoal local devidamente qualificado para a gestão cultural e, em terceiro lugar, a falta de recursos para implantar a estrutura e equipe necessárias à execução de um plano municipal de cultura.

Respondendo o que poderia facilitar a implementação de Política Pública de Cultura local, em integração com Estado e União, Júnior Mendes ressalta: *“Os próprios gestores terem a responsabilidade, tendo como meta estabelecer políticas públicas de cultura, pois não adianta ter recursos se falta consciência nos envolvidos”*. Tal afirmação nos conduz a outro grande desafio: como “convencer” os prefeitos e prefeitas da importância do investimento em um sistema de cultura?

Mendes revela que não chega a existir falta de credibilidade na capacidade do Ministério da Cultura para fazer funcionar o Sistema Nacional de Cultura, mas diz que “faltam firmeza e presença” do Minc nos municípios. Ele defende também maior presença da Secretaria Estadual de Cultura e o aumento dos recursos repassados pelo FCBA, os quais considera “irrisórios”.

Os prefeitos do TMS sempre reclamam de que os recursos federais, dos quais dependem, estão diminuindo a cada ano, mas não foi isso que constatamos na nossa pesquisa. O maior repasse, do Fundo de Participação dos Municípios, assim como os demais, tem sido crescente desde 2010 (veja tabela de arrecadações municipais e tabela do FPM). No entanto, não tem havido investimento local significativo na cultura.

TABELA 11 – Fundo de Participação dos Municípios-FPM – 2010/2014

MUNICÍPIOS	2010	2011	2012	2013	2014
Caatiba	3.979.811,24	6.588.508,05	6.792.917,92	7.307.946,39	5.006.013,25*
Firmino Alves	3.979.811,24	4.941.381,03	5.094.688,50	5.480.959,88	3.754.509,92*
Ibicuí	6.633.018,50	8.235.634,88	8.491.147,24	9.134.932,92	6.257.516,41*
Iguai	9.286.225,79	11.529.888,65	11.887.606,02	12.788.905,93	8.760.522,94*
Itambé	10.612.829,45	9.882.761,76	10.189.376,70	10.961.919,43	7.509.019,68*
Itapetinga	15.919.243,97	19.765.523,24	20.378.753,08	21.923.838,56	16.269.542,34*
Itarantim	7.959.622,18	9.882.761,76	10.189.376,70	10.961.919,43	7.509.019,68*
Itororó	7.959.622,18	9.882.761,76	10.189.376,70	10.961.919,43	7.509.019,68*
Macarani	6.633.018,50	9.882.761,76	10.189.376,70	10.961.919,43	7.509.019,68*
Maiquinique	3.979.811,24	4.941.381,03	5.094.688,50	5.480.959,88	3.754.509,92*
Nova Canaã	7.959.622,18	8.235.634,88	8.491.147,24	9.134.932,92	7.509.019,68*
Potiraguá	3.979.811,24	4.941.381,03	5.094.688,50	5.480.959,88	3.754.509,92*
Santa Cruz da Vitória	3.979.811,24	4.941.381,03	5.094.688,50	5.480.959,88	3.754.509,92*

Produzido pela SEI-Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia, a pedido da autora do estudo, tendo como fonte a STN(Secretaria do Tesouro Nacional), setembro 2014. * Valores repassados até Agosto 2014

Sem dúvida, convencer os gestores municipais da importância do SNC e elevar a cultura ao status de política pública relevante para o desenvolvimento tem sido uma árdua tarefa. Nos 11 municípios onde se realizaram as conferências municipais de Cultura, apenas um prefeito participou. O mesmo ocorreu durante as oficinas de orientação para implantação dos sistemas municipais de Cultura ministradas pela Secult-BA (RTC), entre abril e maio de 2014.

Isso evidencia a necessidade urgente de se criar estratégias de articulações interinstitucionais e instrumentos eficazes e fortes o suficiente para alcançar, instruir e convencer os gestores municipais a dar atenção, finalmente, ao campo da cultura em seus planos de governo.

4.8- LIMITAÇÕES INSTITUCIONAIS

4.8.1- O Ministério da Cultura e Território Médio Sudoeste da Bahia

Diante do quadro que vimos no item anterior, o fato de vários municípios na Bahia terem feito adesão ao SNC, criado seus sistemas municipais de cultura, alguns desde 2010, e até hoje não terem recebido qualquer recurso do Fundo Nacional de Cultura(FNC), não ajuda a sensibilizar os prefeitos para a implantação dos Sistemas Municipais de Cultura.

Assim, as limitações da estrutura institucional, especialmente do MINC, que se revela muito frágil, sem recursos humanos, estrutura física e orçamento suficientes para dar cobertura mais direta aos municípios, torna a cooperação direta entre os municípios do TMS e a União, no campo da cultura, inexistente. O Território Médio Sudoeste da Bahia, por exemplo, nunca teve uma oficina, sequer, do MINC, para promover a adesão ao SNC.

A presença do Minc junto aos municípios do Médio Sudoeste tem se dado, quase exclusivamente por intermédio das ações da Representação Territorial de Cultura da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, ao mobilizar os municípios para cumprimento das demandas oficiais e divulgação de editais e outros programas, e não por uma ação específica do ministério na região.

A indefinição quanto à forma como se dará a transferência de recursos do FNC para os municípios e a falta de definição das responsabilidades de cada ente federado no SNC fragilizam a proposta de “pleno funcionamento” deste, constante do Plano Nacional de Cultura: “esse sistema possibilitará a estados, Distrito Federal e cidades a promoção de políticas públicas conjuntas, participativas e duradouras. Ele contará com recursos do FNC que serão repassados a fundos municipais e estaduais”.

Nosso estudo constatou que na prática, a proposta que o MINC tem feito aos municípios é percebida desta forma: *confiem em nós, vamos fazer funcionar o SNC, mas no momento precisamos do seu voto de confiança. Portanto, preparem seus municípios, criem seus sistemas municipais de cultura, habilitem-se para receber os repasses do FNC e esperem isso acontecer.* Enquanto esperam, os municípios devem criar e executar seus planos decenais de cultura por conta própria. É aqui, neste ponto que os prefeitos mais resistem.

Nesse contexto, vale a pena lembrar que em 2003, em relação aos gastos públicos com cultura no Brasil, os municípios eram responsáveis por “52% dos dispêndios, os Estados por 34% e o governo federal por 12,8%”⁹. Hoje, apesar de todo avanço que houve no plano governamental, com a Cultura se tornando uma política de estado, a criação do SNC, do PNC e o surgimento de diversos programas e mais investimento público no setor, a atuação do MINC ainda é tímida para garantir aos brasileiros o direito à cultura estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Na atualidade, a gestão compartilhada entre União, Estados e Municípios se tornou um modelo cada vez mais utilizado, ainda que não de forma sistêmica como acontece na Saúde(SUS), Assistência Social(SUAS) e Educação(em processo de sistematização). No entanto, para conseguir maior efetividade nos acordos federativos, vários ministérios têm lançado mão de exigências aos municípios e imposto restrições na celebração de convênios e outras parcerias com a União caso os critérios não sejam atendidos.

Tem sido assim com a obrigatoriedade de construção dos Planos Municipais de Saneamento Básico, Resíduos Sólidos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por exemplo. Nesses casos, os ministérios responsáveis por essas demandas são bem mais fortes institucionalmente e em termos orçamentários do que o MINC, portanto podem jogar com mais força na organização dos seus instrumentos de gestão. Nesse quesito, o MINC enfrenta dois grandes desafios: um, precisa se fortalecer política e institucionalmente dentro do próprio governo, conquistando maior espaço e poder e, outro, fortalecer sua importância junto aos Estados e, especialmente, aos municípios.

Para o cumprimento da Meta 01 do PNC, ou seja “100 % das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados”¹⁰, não bastam a criação e a formalização dos instrumentos legais. É necessário promover as condições necessárias ao funcionamento integrado e isso, como diz o professor Bernardo Mata Machado¹¹, “somente será consolidado

⁹ Texto-base da Conferência Nacional de Cultura p.13 e 14. Organização e Redação Final de Bernardo Novais da Mata Machado.MINC. Brasília, 2009.

¹⁰ As Metas do Plano nacional de Cultura. p. 15.Ministério da Cultura. Brasília, 2012

¹¹ Aula sobre Sistema Nacional de Cultura no Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste.Módulo VIII. UFBA/MINC/FUNDAJ. Olinda, .10.2014

quando houver transferência de recursos do FNC, ampliação dos recursos do FNC e, mais ainda, vinculação de receita para a cultura, como propõe a PEC 150”¹².

Com isso, não estamos reduzindo a urgência, a necessidade e importância da organização e institucionalização da cultura nos municípios. Ao contrário, todos os esforços, como tem feito a Secult-BA, devem ser intensificados nesse sentido. Porém, o que não podemos fazer mais, como argumento de convencimento aos gestores, como foi feito com muitos municípios, é exacerbar a expectativa e garantia de repasse financeiro do FNC para a gestão da política pública de cultura municipal. Fazer isso é minimizar a importância da cultura, por si mesma, para o desenvolvimento local, além de sinalizar algo que ainda não se sabe quando e como vai acontecer, conforme evidencia a conjuntura atual(até o final desse estudo).

4.8.2- O lugar do Protagonismo do Estado na gestão da cultura local

A política de territorialização da cultura na Bahia já pode contabilizar grandes e positivos resultados. A percepção da importância da Secult-BA nos municípios é muito clara e positiva para os gestores municipais de cultura, seja por meio dos Representantes Territoriais de Cultura, da atuação dos Centros de Cultura no interior, nos diálogos itinerantes: caravana cultural e Funceb Itinerante, ou nos encontros, conferências, oficinas e fóruns realizados.

Para os dirigentes municipais de cultura no TMS, os conceitos de cultura como direito e como política pública, ainda mais com suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, de forma integrada, são novos. As demandas provenientes da implementação do SNC também são desafiadoras para todos, que reconhecem suas fragilidades e se sentem um tanto perdidos ao perceber a responsabilidade que têm nas mãos e as condições internas e externas para atender à nova agenda da cultura no Brasil.

Nesse contexto, a ação da Secult-BA, tanto fazendo pensar a cultura, como provocando e impulsionando a organização e institucionalização do setor no âmbito local, é necessária e fundamental. Não se trata de paternalismo, mas da importância do protagonismo do Estado na formação, organização e institucionalização da Cultura e como ponto de referência importante para a ação municipal. Também não

¹² Proposta de Emenda à Constituição, Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal, para destinação de recursos à cultura.

se trata de transformar o estado em um novo mecenas da cultura local, e sim, de chamá-lo ao seu papel de assegurar a todos os cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais¹³. Para isso, cabe ao Estado criar as condições e os instrumentos necessários à eficácia e efetividade da sua política pública de cultura, que, em essência, só pode ser considerada sólida e duradoura quanto mais fortalecidas, pujantes e valorizadas forem as culturas locais.

Assim, é necessário vencer as limitações orçamentárias e a carência de estruturas física, humana e logística capazes de promover contatos presenciais regulares dos RTC's em todos os municípios, facilitando o assessoramento técnico e articulações sociais e políticas necessárias para atendimento às demandas do SNC nessas localidades, pois está claramente visível que sem o protagonismo e assessoria direta aos municípios, estes não conseguirão organizar-se sozinhos.

Maior presença física da Secult também promoverá ampliação da articulação e criação de redes locais e territorial envolvendo os vários segmentos importantes para a construção das ações de cultura, a saber: comunidade cultural, vereadores, gestores de cultura, prefeitos(as), outros gestores municipais, conselhos de Educação, de Cultura, de Assistência Social e de Desenvolvimento Sustentável, Direc, Ongs e instituições do setor privado, dentre outros atores importantes à consolidação da cultura na gestão municipal.

Também seria importante ampliar a circulação das ações de formação e projetos artístico-culturais da Secult-Ba e suas vinculadas nos municípios do TMS e criar editais específicos de circulação dos projetos artísticos produzidos mediante financiamento do Fundo Estadual de Cultura para o interior do Estado.

¹³ Constituição Federal do Brasil. Art. 215. 1988.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceber a Bahia como diversos territórios, cada um com suas singularidades, e criar meios de promoção e valorização das diversas “bahias”, é um grande avanço empreendido pela Secult-BA. Apoiar criação de redes institucionais de promoção da cultura, como as redes de Dirigentes Municipais de Cultura (Adimcba), de Conselheiros de Cultura e, por fim, de legisladores nesse campo, é um grande esforço da Secult-Ba no sentido de fortalecer a cultura como política de estado em todo o seu território.

Entretanto, é preciso avançar muito mais nos aspectos de articulação e fortalecimento de alianças estratégicas para se alcançar diretamente e de forma eficaz os prefeitos(as) e demais atores envolvidos ou com potencial de envolvimento na gestão cultural. Além disso, é necessário fortalecer institucionalmente a cultura na Política Territorial do Estado, consolidando o seu reconhecimento como elemento importante da política de desenvolvimento sustentável da Bahia e, junto com a SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia), CET (Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade) e CEDETER (Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial), conquistar maior atenção, espaço e poder para a Cultura junto à gestão estadual.

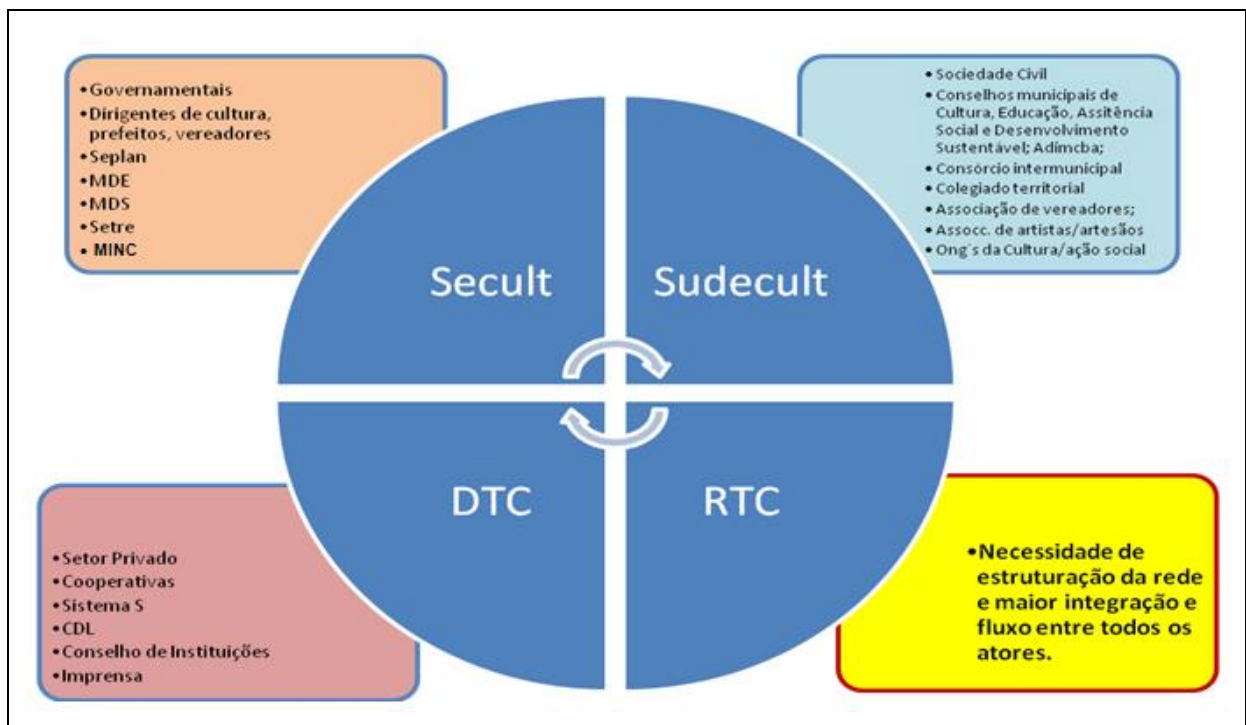
Não se trata apenas de criar a Câmara Temática da Cultura em cada Colegiado Territorial ou inserir a Cultura, formalmente, nos planos municipais e territoriais de Desenvolvimento Sustentável, mas elevar a cultura, no plano governamental, ao patamar de elemento intrínseco e fundamental do desenvolvimento e da promoção de qualidade de vida, não apenas no seu campo específico, mas perpassando todas as áreas da gestão pública, como destaca Botelho(2001):

Junto aos demais setores da máquina governamental, a área da cultura deve funcionar, principalmente, como articuladora de programas conjuntos, já que este objetivo tem de ser um compromisso global de governo. Isso significa dizer que, enquanto tal, a cultura, em sentido lato, exige a articulação política efetiva de todas as áreas da administração, uma vez que alcançar o plano do cotidiano requer o comprometimento e a atuação de todas elas de forma orquestrada, já que está se tratando, aqui, de qualidade de vida. Para que isso realmente se torne efetivo, a área cultural depende, mais do que tudo, da força política que consiga ter junto ao poder Executivo.

BOTELHO, Isaura. Artigo As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. In: *São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação SEADE*, vol. 15 - n. 2, 2001.

A imagem abaixo ilustra o campo de atuação da Secult e principais atores a serem envolvidos no processo de construção da gestão pública da cultura em âmbito municipal. Note-se que no centro, o fluxo sugere integração e envolvimento de todas as instâncias da Secult no processo e não apenas na representação territorial, que atua diretamente com os municípios.

IMAGEM 1 - ATORES DA REDE DE CULTURA (POSSIBILIDADES)



Fonte: Elaborado pela aluna/autora.

Como vimos anteriormente, a carência de equipamentos culturais é muito grande nas cidades do interior e não há condições nem orçamento para construção, manutenção e funcionamento de centros de cultura em todos os municípios. Porém, por meio do fortalecimento institucional e político da Gestão da Cultura e alianças estratégicas com outros setores do governo, poderia haver a dinamização de espaços do próprio Estado, como os Centros Sociais Urbanos(CSU) e Ginásios de Esporte, hoje sub-utilizados, para funcionamento como centros de promoção social e de cultura, mediante gestão inter-setorial, inclusive com participação das gestões municipais.

Também é importante promover e consolidar a inclusão da Cultura na pauta permanente das instâncias de organização e representação dos prefeitos tanto nos territórios, por meio de associações, consórcios, ou outras formas de organização

dos gestores municipais, como em nível estadual. Assim, a UPB-União dos Municípios da Bahia, não pode ficar de fora desse processo.

Apesar de ter perdido certa importância e representatividade nos últimos anos, a UPB ainda é a instituição que consegue congrega maior número de prefeitos em torno de interesses e problemas comuns e, ao mesmo tempo, liderar movimentos reivindicatórios dos mesmos junto ao governo do Estado. Conquistar a UPB para a luta em favor da cultura nos municípios baianos seria uma boa estratégia, até mesmo para reforçar o movimento pela ampliação do orçamento da Cultura no Estado.

Buscar formas de ampliar os recursos do FCBA e do repasse aos pequenos e médios municípios, uma vez que nestes a dificuldade de captar recursos para a cultura fora do setor público é enorme, e os editais não suprem a demanda de fomento à produção, difusão e circulação de bens culturais. Condicionar o repasse do FCBA à implantação dos Sistemas Municipais de Cultural, estabelecendo prazo para isso também seria uma forma de se avançar na organização, institucionalização e desenvolvimento da cultura nas cidades do interior.

Outra ação de relevante importância e impacto seria o estabelecimento de redes de formação para a cultura em âmbito territorial. Porém, não apenas por meio da Representação Territorial de Cultura, mas com participação significativa de instâncias superiores da Secult-BA junto às universidades públicas e escolas técnicas existentes no território, como também junto à Secretaria Estadual de Educação. Desta forma seria menos difícil promover a educação/qualificação continuada em cultura, tanto de gestores e agentes culturais, como de professores de arte-educação e, também, de prefeitos, vereadores, empresários e outros atores envolvidos.

A nossa pesquisa revelou que já existem investimentos locais na formação para a cultura, entre outras ações pontuais de incentivo a artistas ou coletivos culturais e de promoção de atividades culturais, só que de forma dispersa, não contabilizadas como gastos com “cultura” nos orçamentos municipais. Também ficou claro que para se montar um setor específico e formal para a cultura, na maioria dos municípios, seria necessário apenas organizar a estrutura informal que já existe, funcionando nos mesmos espaços onde estão hoje, portanto, sem grandes custos, pois são esses que assustam prefeitos e prefeitas nas pequenas e médias cidades.

Sistematizar esses dados, como vários municípios em outros territórios já fizeram, vai possibilitar uma visão mais clara das possibilidades de desenvolvimento da política pública local. Além disso, é necessário desenvolver campanhas de informação e conscientização do valor da cultura, junto a empresários locais, estimulando novas formas de financiamento local da cultura, para além do poder público. Por menor que seja uma empresa local, ela paga tributos ao Estado, mas não sabe que parte desses tributos pode ser direcionada para financiamento de projetos culturais mediante lei estadual de renúncia fiscal, no caso da Bahia, o Fazcultura.

Então, ao mesmo tempo se deve ampliar e intensificar a qualificação dos agentes culturais para a elaboração e gestão de projetos culturais, também se deve criar oportunidades de informação e sensibilização da sociedade como um todo para participar do fomento à cultura.

E, para reduzir as distâncias físicas e institucionais, faz-se necessária maior atuação da Representação do MINC nos territórios, de forma integrada com o Estado, prefeituras e outras instituições no sentido de promover integração e suporte técnico ao processo de adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura. Além disso, caberia ao MINC estabelecer, também, maior presença na mídia nacional, informando, esclarecendo e conclamando a comunidade cultural, a sociedade civil organizada e gestores públicos para a construção desse novo tempo na gestão cultural do país, uma vez que esta é uma tarefa de todos, não apenas do governo, mas este deve assumir seu papel de protagonista de ações para essa conquista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez. 2001.
- ARAGÃO, Ana. Participação, consulta e controle social. Coleção Política e Gestão Culturais. SECUL-BA. Salvador, BA: 2013.
- BAHIA. Governo do Estado. Lei°12.365. Lei orgânica da Cultura na Bahia Salvador. 30 de Novembro de 2011.
Disponível em <<http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/legislacao/>> Acesso em 26.07.2014
- BARROS, José Márcio. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: _____ (Org.). *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BARBALHO, Alexandre. Política Cultural. Coleção Política e Gestão Culturais. SECUL-BA. Salvador, BA: 2013.
- BOTELHO, Isaura. Artigo As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. In: *São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação SEADE*, vol. 15 - n. 2, 2001.
As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. Artigo. p. 7. Material de estudo do Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste.
- CALABRE, Lia. Consulta, Participação, Controle Social : conselhos de cultura. Aula ministrada no Encontro de Política e Gestão Culturais. SECULT-BA. Feira de Santana, BA: Setembro, 2014.
- CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural. Coleção Política e Gestão Culturais. SECUL-BA. Salvador, BA: 2013.
- FREIRE, Alberto. Fomento à Cultura. Coleção Política e Gestão Culturais. SECUL-BA. Salvador, BA: 2013.
- IBGE. Perfil dos Estados Brasileiros 2012- Pesquisa de Informações Básicas Estaduais- Estadiv 2012. p 38,39,40. Diretoria de Pesquisas / Coordenação de População e Indicadores Sociais. p.38. Brasília, DF:2012.
_____. Perfil dos Municípios Brasileiros 2012- Pesquisa de Informações Básicas Municipais- Munic 2012. Brasília, DF:2012.
- LÉLIS, Carmem; MENEZES, Hugo. São José : territórios do frevo. Introdução. Paço do Frevo. Recife, PE: 2014.
- LEITÃO, Cláudia. Cultura e Municipalização. Coleção Cultura é o quê? Volume III. SECULT-BA. Salvador, 2009.
- LUBAMBO, Cátia. Gestão e Políticas Públicas. Aulas 1, 2 e 3 do Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste. UFBA/MINC/FUNDAJ. Módulo VII. Olinda, PE: Setembro 2014

LUBAMBO, Cátia Wanderley; COELHO, Denilson Bandeira. Atores Sociais e Estratégias de Participação no Programa Governo nos Municípios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MACHADO, Bernardo N. da Mata. Seminário Temático 11 - Sistema Nacional de Cultura e Plano Nacional de Cultura. Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste. UFBA/MINC/FUNDAJ. Módulo VIII. Olinda, PE: Outubro 2014.

_____. (Org.) Texto-base da Conferência Nacional de Cultura p.13 e 14. MINC. BRASÍLIA, DF: 2009

MAGALHÃES, Elissandro. Política de Territorialização da Cultura na Bahia. Aula ministrada no Encontro de Política e Gestão Culturais. SECULT-BA. Feira de Santana, BA: Setembro, 2014.

MATOS, Eliane Cristal Ferraz de. Relatório de atividades 2013. Representação Territorial de Cultura. SECULT-BA. Salvador, BA : 2013.

MIGUEZ, Paulo. Módulo Cultura e Desenvolvimento. Curso de Elaboração de Planos Municipais de Cultura p. 18. Salvador-BA. Ministério da Cultura e Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA: 2014
MINC. As Metas do Plano nacional de Cultura. p. 15. MINC. Brasília, DF: 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes; ADAN, Caio Figueredo Fernandes. Exterioridades Culturais Contemporâneas do Alto Sertão da Bahia e do Sertão da Ressaca. In: Panorama Cultural da Bahia Contemporânea. Secult/SEI. Salvador, BA: 2013

PEIXE, João Roberto. Sistemas de Cultura. Coleção Política e Gestão Culturais. SECUL-BA. Salvador, BA: 2013.

PERAFÁN, M.E.V.; OLIVEIRA, H. Território e Identidade. Coleção Política e Gestão Culturais. SECUL-BA. Salvador, BA: 2013.

PORTO, Marta. Cultura e desenvolvimento em um quadro de desigualdades. Coleção Cultura é o quê? Volume II. SECULT-BA. Salvador, 2009.

PRADO, Adélia. Bagagem. Editora Record. Rio de Janeiro/São Paulo: 2007

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Panorama das políticas culturais no Brasil: práticas e análises. Coleção Cultura é o quê? Volume VI. SECULT-BA. Salvador, 2012.

SEAGRI; SUAF; CEDRS; CAR. Cartilha para Criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável. Art. 2º inciso XV. CMDS/CEDRS. Salvador, BA: 2013.
http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/CARTILHA_CMDS_2013.pdf Acesso 22.07.2014

SECULT-BA; SEI. Panorama Cultural da Bahia Contemporânea. Série Estudos e Pesquisas, 92. Salvador, BA: 2012

SECULT-BA. Bahia Terra da Cultura/Ano I-Nº 01. 189 p. Salvador, BA: 2014

SEI-Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Boletim Especial Projeções Populacionais para a Bahia /2010-2030.Salvador,BA: Dez . 2013

_____.Boletim PIB Municipal 2011. Produto Interno Bruto dos municípios - Bahia: 2010 – 2011 Disponível em:
<http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/boletim_PIB_municipal_2011.pdf>. Acesso em 22.07.2014, às 15h25min

SEPLAN-Superintendência de Gestão e Avaliação. RPPA-Relatório Anual da Avaliação Parcial da Execução do PPA 2012-2015. p. 18 e 24.SEPLAN. Salvador,BA:2013. <<http://www.seplan.ba.gov.br/planejamento/monitoramento-e-avaliacao/raap>> Acesso em 22.07.2014

VASCONCELOS, C.P.Ser-Tão baiano : o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana. Edufba. Salvador, BA: 2011.

VILUTIS, Luana. Redes e consórcios.Coleção Política e Gestão Culturais.SECUL-BA. Salvador,BA: 2013.